

IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE

2005

Impunidade na Baixada Fluminense

Dedicado a

Alessandro de Moura Vieira	Leonardo Felipe da Silva
Bruno da Silva Souza	Leonardo da Silva Moreira
Calupe Florindo Ferreira	Luciano de Souza Coutinho
Cesar de Souza Penha	Luis Jorge Barbosa Rodrigues
Douglas Brasil de Paula	Luiz Henrique da Silva
Elizabeth Soares de Oliveira	Manuel Domingos Lima Pereira
Fábio Vasconcelos	Marcelo Junior do Nascimento
Felipe Soares Carlos	Márcio Joaquin Martins
Francisco José da Silva Neto	Marco Aurélio Alves
Jailton Vieira da Silva	Marcos Vinicius Cipriano
João da Costa Magalhães	Rafael da Silva Couto
Jonas de Lima Silva	Renato Azevedo dos Santos
José Augusto Pereira da Silva	Robson Albino
José Gomes de Oliveira	Wagner Oliveira
Lenilson de Souza Coutinho	Willian Pereira do Santos

Índice

Apresentação	p. 4
Instituições envolvidas	p. 8
Capítulo 1	
Dilemas e desafios para a cidadania da Baixada Fluminense	p. 10
Capítulo 2	
Violência e política numa região: Caso dos grupos de extermínio	p. 21
Capítulo 3	
A incidência da Violência na Baixada Fluminense	p. 31
Capítulo 4	
Mídia e violência - como os jornais retratam a violência e a segurança pública na Baixada	p. 51
Capítulo 5	
Violência policial e impunidade	p. 57
Capítulo 6	
Propostas contra a impunidade	p. 71

Apresentação

A questão da (in)segurança pública e, mais especificamente, da impunidade em relação à violência no estado Rio de Janeiro vem despertando cada vez mais interesse na opinião pública devido ao seu caráter de urgência: a cada dia, nos deparamos com situações de brutalidade e descaso assustadores.

O foco desta publicação é a Baixada Fluminense¹, região historicamente desfavorecida sócio-economicamente e de maneira geral percebida pela sociedade sobretudo por seus altos índices de criminalidade. Este livro pretende aprofundar a discussão a esse respeito e perscrutar os desafios que se apresentam à Baixada numa perspectiva que abrange sua história, sua formação, sua imagem e seus personagens. Esta obra é resultado de um processo de pesquisa e reflexão. As instituições e autores nela envolvidos lidam com a temática da violência e exclusão social há tempos, e reuniram para trabalhar conjuntamente após a trágica chacina de 31 de março de 2005 que marcou este triste capítulo na história da Baixada.

Durante um intervalo de menos de duas horas, ainda no início da noite, 29 pessoas foram assassinadas na porta de suas casas, bares ou trabalhos, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. O processo judicial está seguindo seu curso, mas pouca, ou nenhuma dúvida, há de que este episódio foi cometido, mais uma vez, com a participação direta de agentes estatais.

Os familiares das vítimas deste homicídio seqüencial, cujas vidas foram reviradas da noite para o dia, mostram a dura expressão do medo, desesperança e desamparo e como esta população está permanentemente exposta às mazelas sociais de nosso país.

Organizações da sociedade civil mobilizaram-se imediatamente após a Chacina e, como pólo catalisador, foi criado o *Fórum Reage Baixada* que desde então segue reunindo esforços para apontar soluções efetivas para os principais problemas encontrados na Baixada. Vale ressaltar, ainda, a dedicação de duas instituições locais que, em muitas ocasiões, lideraram os movimentos de protesto e cobrança aos diferentes governos para a imediata tomada de providências específicas sobre o episódio referente

¹ O termo Baixada Fluminense realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no estado do Rio de Janeiro, formada por um relevo de baixas planícies, composta pelos municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

à Chacina: *SOS Queimados e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu*.

O sentimento e desejo de *Justiça e Paz* se destacavam nas manifestações e voz dos familiares. A aproximação de outros familiares de vítimas da violência reforçou estas idéias. As mães do Rio, mães da Via Show, mães de Acari, Borel, Vigário Geral, dentre outras, ao mesmo tempo que traziam esperança e indignação, lembravam os altos níveis de impunidade de casos cotidianos que envolvem agentes públicos.

Muitas iniciativas contribuíram para que propuséssemos a realização deste trabalho. Nada disso seria possível de imaginar sem a perseverança e força dos familiares das vítimas, desde as inúmeras reuniões noturnas no Colégio Manuel Pereira em Queimados; as caminhadas pela paz de Nova Iguaçu e Queimados; a viagem a Brasília para encontro com o Ministro da Justiça, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Procurador Geral e Deputados Federais do estado do Rio de Janeiro e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; encontros com os Prefeitos Lindberg Farias (Nova Iguaçu) e Rogério do Salão (Queimados); encontros com o Ministério Público Estadual, reuniões na Secretaria Estadual dos Direitos Humanos, e na Secretaria Especial dos Direitos Humanos – enfim, larga peregrinação por órgãos estatais; atos públicos, entrevistas aos meios de comunicação, estruturação do Fórum Reage Baixada, missas, entre outras ações.

A grande motivação que nos impulsionou foi a certeza que aquelas pessoas cruelmente assassinadas não podiam ser esquecidas. A cada encontro cresciam as demandas, a cada reunião novas possibilidades se abriam, e ao mesmo tempo em que desejávamos minimizar a perda de entes queridos, queríamos ampliar a discussão para a presente situação da Baixada, especialmente em relação a questão referente a impunidade.

Desta maneira, surgiu a idéia de reunir textos que preservassem as particularidades da pesquisa desenvolvida por cada instituição e que, ao mesmo tempo, dialogassem entre si. Assim, este volume se configurou a partir da união de uma reflexão responsável com propostas práticas de ação para reverter o quadro violento com que a Baixada Fluminense se depara.

A parceria entre as instituições proponentes: Fase, Laboratório de Análises da Violência da UERJ, CESEC, Justiça Global, SOS Queimados e Viva Rio, contando ainda com a ótima contribuição do professor José Claudio Alves, registra para a posteridade a aliança construída coletivamente.

O capítulo **Dilemas e desafios para a cidadania da Baixada Fluminense**, da Fase, abre esta publicação abordando a história da ocupação da Baixada, mostrando o complexo percurso deste território marcado pela exclusão social e apontando para a necessidade da implementação de políticas sociais integradas, com especial atenção à juventude.

Em **Violência e política na Baixada: Caso dos grupos de extermínio**, José Cláudio Souza Alves traça um panorama certo e corajoso sobre os grupos de extermínio da região e suas raízes profundamente vinculadas ao poder político.

Em **A incidência da violência na Baixada Fluminense**, o LAV/UERJ mostra, baseado em dados e análises acuradas, o que está além da fácil rotulação da Baixada como região violenta e desvinculada do resto do estado do Rio de Janeiro. E deixa claro que o poder público apresenta uma mobilização insuficiente e limitada diante dos altos índices de homicídios da região.

O texto do CESEC, **Mídia e violência - como os jornais retratam a violência e a segurança pública na baixada fluminense**, traz uma original e reveladora análise da produção jornalística sobre o tema da segurança pública na Baixada Fluminense, mostrando seu importante e duplo papel de denúncia e fonte de estigmatização.

No capítulo **Violência policial e impunidade**, da Justiça Global, são relatados três casos de homicídio, ocorridos no Rio de Janeiro entre 2003 e 2004. Um texto instigante que trata de casos emblemáticos de impunidade por diferentes causas, cada qual com sua peculiaridade, onde lembramos seus desdobramentos, nomeamos os envolvidos, as vítimas e seus familiares.

Finalizando, no último capítulo, organizado pelo SOS Queimados e com a participação das demais instituições, são apresentadas 29 propostas contra a impunidade, tanto no âmbito nacional quanto no estadual e municipal. O número é significativo: trata-se de homenagem a cada uma das vítimas da chacina da Baixada, na esperança de que esse tipo de barbárie não volte a acontecer – e que seus responsáveis sejam punidos.

Em comum, os artigos enfatizam a importância de uma atuação ativa e eficaz do poder público, com uma aplicação ampla e efetiva de políticas sociais integradas e pautadas localmente. Por outro lado, alertam contra uma grande arma da violência: a invisibilidade das regiões mais pobres e a indiferença que assola o resto da sociedade. Citando a conclusão do capítulo **A incidência da violência na Baixada Fluminense**: “a indiferença é o principal combustível da impunidade.”

Contudo, estes caminhos não estão marcados apenas por discursos, promessas e choro. Houve também abraços, sorrisos e conquistas, como uma maior aproximação de organizações sociais que trabalham com as temáticas da Baixada Fluminense; a criação da *Afaviv – Associação de familiares e amigos das vítimas de violência na Baixada Fluminense* – como forma de organização na luta contra a impunidade; a aprovação do projeto de lei 2.749/05 que obriga o governo do estado a pagar pensão de até três salários mínimos para as famílias das vítimas até a data em que a vítima, se estivesse viva, completasse 65 anos, e de forma vitalícia ao único sobrevivente da Chacina. Essas são importantes conquistas decorrentes da mobilização de diversos indivíduos, grupos e instituições, que devem ser continuamente rearticulados para ampliar e fortalecer a batalha contra a impunidade.

Resta-nos a esperança e desejo que o Poder Público, seja ele local, estadual ou federal reconheça e faça sua parte, não apenas neste caso específico, mas de maneira ampla e efetiva. Não se trata de justificativas ou medidas paliativas, mas de propostas concretas que sirvam para a construção de uma política mais participativa e justa socialmente.

Por fim nossa homenagem aos milhares de familiares de vítimas da violência na Baixada Fluminense, que mostram a cara de um Brasil que não podemos esquecer ou relegar.

Instituições responsáveis

CESEC

FASE

JUSTIÇA GLOBAL

Laboratório de Análise da Violência / UERJ

SOS QUEIMADOS

VIVA RIO

Instituições envolvidas:

CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

O Cesec trabalha com pesquisas aplicadas, consultorias, cursos e eventos na área de segurança pública, justiça e cidadania. Seu compromisso é ajudar a modernizar o sistema de justiça criminal brasileiro como forma de fortalecer a democracia no país. www.cesec.ucam.edu.br.

FASE - Educação e Solidariedade.

A Fase Rio concentra a sua atuação na Baixada Fluminense, território síntese da desagregação urbana que caracteriza a região metropolitana do RJ. A razão desta identidade territorial ocorre pelo princípio norteador da Ação Fase Rio: o enfrentamento da desigualdade social. O programa enfoca o debate sobre políticas públicas urbanas, com ênfase no saneamento ambiental e na habitação. Um outro vértice importante é a formação e capacitação de atores locais, trabalho no qual a Fase Rio amplia a capacidade técnico-política de cidadãos, na perspectiva de que ocupem a cena pública. Em síntese, este programa regional quer assegurar o direito à cidade, a democratização da cidade e fortalecer os atores coletivos de uma região de 3,5 milhões de habitantes, que é marcada por uma histórica desigualdade social e urbana. www.fase.org.br.

Justiça Global – A Justiça Global é uma organização não governamental de direitos humanos que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Nesse sentido, nossas ações visam denunciar as violações de direitos humanos, incidir nos processos de formulação de políticas públicas baseadas nos direitos fundamentais, impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas, e exigir a garantia de direitos para os excluídos e vítimas de violações de direitos humanos. www.global.org.br.

LAV/UERJ - O Laboratório de Análise da Violência é um núcleo de extensão, pesquisa e ensino do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Seus objetivos principais são fomentar a pesquisa e a formação na área de violência, segurança pública e direitos humanos e participar no debate público sobre políticas públicas nessa área através da divulgação de informações qualificadas. O

Laboratório conta com a participação de professores e alunos da graduação e da pós-graduação e atende demandas de diferentes setores sociais em relação à divulgação de informações e realização de pesquisas, bem como participa de diferentes foros e iniciativas.

S.O.S Queimados - O S.O.S. Queimados é um grupo político suprapartidário, formado para defender os interesses coletivos e para lutar, nas esferas político-administrativas, sociais e culturais, por democracia, pluralidade, solidariedade, pelo bem estar social, pela valorização e elevação moral do ser humano, bem como contra todas as formas de exploração, dominação, opressão, exclusão, desigualdade e injustiça, com o objetivo de construir uma cidade, um estado e um país prósperos, justos e fraternos.

VIVA RIO - Integrar a sociedade partida e formar uma cultura de paz, interagindo com a sociedade civil e as políticas públicas, sobretudo nas favelas e bairros pobres é o objetivo do Viva Rio desde sua criação, em dezembro de 1993. O Viva Rio desenvolve programas e projetos nas áreas de inclusão social, segurança pública e direitos humanos e comunicação. Hoje, a ONG atua em cerca de 350 favelas e comunidades de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sempre em parceria com entidades locais, governo municipal ou estadual, investindo principalmente nos jovens, mais vulneráveis aos riscos sociais, buscando a superação da violência. O Viva Rio também tem atuado nacionalmente na Campanha do Desarmamento, em conjunto com o Governo Federal, para a diminuição da violência armada no país. www.vivario.org.br

Dilemas e desafios para a cidadania da Baixada Fluminense

FASE-Educação e Solidariedade²

Procuraremos neste artigo introdutório discutir a questão social da Baixada Fluminense, tendo em vista que qualquer plano de segurança na região não pode prescindir de uma visão social do problema da violência. Nesse sentido, abordaremos num primeiro momento a história de ocupação da Baixada a fim de contextualizar a região e o papel da mesma no desenvolvimento da capital. Num segundo momento abordaremos o processo de desigualdade que marca a região e por fim, concluiremos com a sinalização de alguns desafios para a elaboração de uma proposta de combate à violência na Baixada Fluminense.

Baixada Fluminense já foi o nome dado a toda área do recôncavo da Serra do Mar. Uma extensão que ia do atual município de Itaguaí, ao sul, até o município de Campos dos Goytacazes, ao norte. Hoje, conforme a divisão político administrativa do governo do estado do Rio de Janeiro, é o nome usado para designar a região que ocupa boa parte da metrópole do Rio de Janeiro³, composta por 13 municípios⁴. No entanto, o mais usual é considerar como Baixada Fluminense a área restrita às cidades originárias do município de Nova Iguaçu – conhecido como Maxambomba até 1916 - integrando os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Japeri, Belford Roxo e Mesquita, que começaram a se emancipar a partir dos anos 40, com características socioeconômicas semelhantes e próximos a cidade-pólo da metrópole, Rio de Janeiro.

Uma breve história da ocupação da região

No território da Baixada viveram índios Tupinambás; escravos encontraram refúgio e formaram quilombos; além disso, foi lugar de passagem de tropeiros e do caminho do ouro vindo de Minas Gerais e do café produzido no Vale do Paraíba - ambos chegavam no porto da Baía da Guanabara para serem transportados para o outro lado do Oceano Atlântico. Antes do ouro de Minas ou do café do Vale, foi o açúcar o

² Escrito por Aercio de Oliveira e Mauro Santos.

³ Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Marica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

⁴ Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

responsável pelo desenvolvimento econômico e adensamento populacional da região fluminense no entorno da Baía de Guanabara. Durante o século XVII existiram centenas de engenhos de açúcar e aguardente, onde se construíam capelas e igrejas que acabaram possibilitando a criação de vilarejos que ocupavam as bacias dos rios Meriti, Sarapui, Iguaçú, Inhomirim, Estrela e Magé. Ainda nessa época, os rios eram importantes para realizar o transporte fluvial de mercadorias que subiam e desciam a Serra do Mar. Localidades como Pavuna e Meriti, considerados o melhor ponto para entrar na Baixada, eram o principal entreposto comercial dotado de infra-estrutura com armazéns para guardar mercadorias, vendas e hospedarias.

Mas a partir da metade do século XIX, com a difusão da estrada de ferro, as coisas começaram a mudar. Parte significativa das mercadorias deixou de ser transportada através dos cursos d'água passando a sê-lo dentro de vagões sobre a linha férrea. A primeira estrada de ferro que cortou a Baixada foi construída no início do século XIX por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, ligando ao Porto de Mauá. Depois veio a Estrada de Ferro Pedro II, hoje Central do Brasil, que em 1884 começou a transportar passageiros da região. Em 1935 foi feita uma expansão e suas linhas foram eletrificadas, o que, combinado a produção e declínio da laranja, que abordaremos mais à frente, afetou a dinâmica sócio-econômica da Baixada Fluminense passando a sofrer profundas alterações.

Entre rios e estradas de ferro, com uma política de incentivo do governo como maneira de compensar o declínio da produção de café do Vale do Paraíba, implantou-se no início do século XX a produção de laranja: a citricultura. Para isso, portugueses e agricultores do norte do estado do Rio de Janeiro foram atraídos para plantar laranja em chácaras e fazendas. Conforme registros, Nova Iguaçu colocava o Brasil - uma economia dependente de um padrão agrário-exportadora - entre os principais exportadores de laranja do mundo.

No entanto, a prosperidade econômica produzida pela citricultura na região foi abalada por alguns fatores, principalmente como consequência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que produziu grandes prejuízos e, com isso, alterou profundamente a função econômica e social da região dentro do estado. O transporte utilizado para exportar a laranja para os países do continente europeu era marítimo, realizado por embarcações de empresas estrangeiras. Devido aos riscos de navegar no Oceano Atlântico, ocorreu uma drástica redução na exportação e a laranja passou a apodrecer nos galpões, além das plantações serem atingidas pela praga da *“mosca do mediterrâneo”*. Assim, a citricultura entrou em declínio. Para compensar parte dos

prejuízos, os “Barões da Laranja” associaram-se às incorporações imobiliárias e autorizaram que suas fazendas, sítios e chácaras fossem recortados em centenas de lotes para serem vendidos a preços populares. Procedimento que causou intensos conflitos, nos anos 50 e 60, entre posseiros, grileiros e fazendeiros. Muitos posseiros se organizaram para não perder o seu pedaço de terra. À medida em que eram atacados pela força policial e por jagunços que chegaram a cometer assassinatos, fazendeiros se aliavam a empreendedores imobiliários aproveitando a valorização das terras para transformá-las em grandes loteamentos e obter lucros que fossem capazes de minorar o prejuízo com o fim do comércio da laranja. Este período, além de ser influenciado pela Segunda Guerra Mundial, é também aquele em que ocorre a transição de uma região que era predominantemente agrícola para uma região urbana que cumprirá um importante papel para o desenvolvimento econômico e social da capital do estado. É também o período em que o país acelera sua industrialização intensificando a migração campo-cidade.

Nessa onda desenvolvimentista, realizações de infra-estrutura contribuíram para a valorização de muitos loteamentos da região. Houve a eletrificação da Estrada de Ferro de Dom Pedro II, em 1935; a construção da Avenida Brasil, em 1946, e da Rodovia Presidente Dutra, em 1951; a criação do Serviço de Malária da Baixada Fluminense, em 1947; a instalação de um parque industrial químico de uma empresa multinacional em Belford Roxo, em 1958, e da Refinaria de Petrolífera de Duque de Caxias, em 1961. Além disso, as reformas que vinham ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, como a construção da avenida Presidente Vargas em 1944, e as diversas remoções tirando os “pobres” do centro da cidade, das favelas e de bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro – iniciadas em princípios do século passado, no governo estadual de Pereira Passos - fizeram com que a demanda por lotes na Baixada aumentasse. Os impactos produzidos pela combinação de tais fatores podem ser notados no número de loteamento e lotes autorizados na região. Até 1929, havia sido aprovados 21 loteamentos com 20.524 lotes. Mas de 1940 a 1949 são aprovados 447 loteamentos com 73.025 lotes; e de 1950 a 1959, período em que inicia a onda nacional-desenvolvimentista, são registrados 1.168 loteamentos e 273.208 lotes na Baixada Fluminense.⁵

Esses loteamentos eram constituídos sem passar por uma fiscalização digna de confiança. Isso possibilitava que os terrenos fossem ofertados em locais inadequados à

⁵ ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. 2003.

habitação, sem nenhuma infra-estrutura urbana. A topografia da Baixada Fluminense da época naturalmente dificultava a habitação humana; a área era ocupada por alagadiços e charques, rios, mananciais, vales, e manguezais que durante muito tempo causaram na população violentos surtos de malária e cólera. Um caso emblemático foi o da ampliação da extensão da estrada de ferro de Queimados até a estação que hoje se chama Japeri, realizada em 1855, quando morreram cerca de cinco mil trabalhadores chineses por causa de malária. A história nos mostra que questões como drenagem e saneamento sempre foram um problema muito grave na região. No final do século XIX, o governador José Thomaz da Porciúncula (1892-1894), criou a primeira Comissão de Saneamento para a Baixada, pois dos 17.800km² da região, oito mil eram formados por pântanos e mangues.

Desde então o saneamento vem servindo para alimentar a corrupção e procedimentos políticos clientelistas na região. Em 1901, o governador do estado do Rio de Janeiro Quintino Bocaiúva, ao tomar posse, descobriu a existência de 46 decretos, 11 leis e quatro resoluções sobre o assunto na região, sendo o mais antigo datado de 1839.

Podemos finalizar esta resumida história da ocupação da Baixada Fluminense escrevendo que, para o migrante, da primeira onda desenvolvimentista do país, o “destino” havia reservado um terreno em áreas ilegais da cidade do Rio de Janeiro, antiga Guanabara, próximo ao local do trabalho. Já para os da segunda onda desenvolvimentista, de migração mais recente, e para os filhos adultos do migrante da primeira onda, que se casaram e constituíram uma nova família, restava um “terreninho” ou uma “meia-água” em um dos loteamentos da Baixada Fluminense por um valor bem mais barato, se comparado com os terrenos colocados à venda na capital. Desta forma, ir morar na Baixada Fluminense era a possibilidade de ter acesso à moradia, mesmo que em péssimas condições de habitabilidade.⁶

A Baixada Fluminense⁷ cumpria o papel de receptáculo daqueles que eram removidos compulsoriamente, devido ao processo de segregação urbana engendrada com maior vigor a partir dos anos 50. Sua ocupação serviu para atenuar o crescimento

⁶ “A população da Baixada, como um todo, havia saído dos 140.600 habitantes, em 1940, para os 360.800, de 1950. Um salto maior ainda seria dado entre 1950 e 1960. Neste último ano chegava aos 891.300 habitantes, num crescimento de quase 150% na década”. ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. 2003. Atualmente, há cerca de 3,5 milhões de habitantes distribuídos em treze municípios – Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim.

⁷ Até 1943, quando o distrito de Duque de Caxias virou um novo município, Nova Iguaçu tinha como distritos Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Japeri, Mesquita e Magé.

das construções ilegais na cidade-pólo da metrópole e abrigar uma mão-de-obra barata e de baixa qualificação; até pouco tempo atrás, as cidades da região eram apelidadas de cidades-dormitórios. No entanto, com o desenvolvimento econômico na região, a partir dos anos 1980, esse quadro vem sofrendo alterações. Municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu absorvem parte da população economicamente ativa (PEA) da região, mas isso não tira o peso da capital como o principal centro de atividades econômicas que absorve parcela significativa da PEA dos municípios da Baixada Fluminense.

Concluimos esta parte histórica assinalando que a ocupação e as características socioeconômicas nos municípios da Baixada Fluminense evidenciam as mudanças provocadas por um país que era predominantemente agrícola e passou por um acelerado e desordenado processo de industrialização e urbanização.

A Baixada e o processo de exclusão e desigualdade social

A Baixada Fluminense é um território marcado pela desigualdade urbana, com potencialidades para o desenvolvimento, amenidades naturais e uma rica diversidade cultural. Esta complexidade se apresenta de várias formas:

- a) mesmo com o intenso adensamento populacional e o conseqüente processo de urbanização, ainda há áreas rurais em alguns municípios;
- b) em algumas cidades da região modificou-se o padrão imobiliário com o surgimento de condomínios residenciais com segurança e área de lazer, ocupados por famílias com padrão econômico acima da média da região.
- c) existem amenidades naturais, tais como a Reserva Ambiental de Tinguá e a Serra do Vulcão, parques ecológicos, mananciais, etc.
- d) há uma produção artístico-cultural densa nas periferias e outras que vão adquirindo notabilidade em todo país, inclusive contribuindo para a lucratividade da indústria cultural.
- e) O número de indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços participam de forma substantiva no desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro. Proliferam-se os *shoppings centers* com as mesmas redes de loja da zona sul do Rio de Janeiro. Em Duque de Caxias existe a refinaria petrolífera e um pólo moveleiro; em Nova Iguaçu está instalado o principal pólo de produção de cosméticos do estado, além de ter um centro comercial dos mais dinâmicos do

Brasil. Em Queimados há um pólo de indústrias de bebida e em diversos municípios que margeiam a Presidente Dutra, inaugurada em 1951, estão edificadas depósitos para a armazenagem de produtos que circulam entre o eixo Rio - São Paulo. Como exemplo há o Porto Seco, área de armazenagem de containers, na recém emancipada cidade de Mesquita.

- f) podemos constatar que, sem entrar na qualidade dos serviços executados, têm ocorrido investimentos públicos que favorecem a região, tais como a construção da Linha Vermelha, da Via Light e a expansão do metrô até a Pavuna; o Programa Nova Baixada e o Programa de Despoluição da Baía da Guanabara. Também está prevista a construção do arco rodoviário, ligando os municípios da Baixada com o porto de Sepetiba.

Entretanto, esses macro-projetos, por si só, são incapazes de viabilizar um projeto de desenvolvimento mais justo e equitativo para a região, que distribua parte da riqueza oriunda desse dinamismo econômico para a população da Baixada. Um projeto de desenvolvimento para a região não é viável se não estiver claramente identificado com a superação da exclusão social e a afirmação de cidadania para todos e todas. Um caso exemplar é o fato da maioria dos postos de trabalho de média e alta qualificação da refinaria de petróleo e do pólo gás-químico serem preenchidos por pessoas que moram na cidade do Rio de Janeiro.

As políticas sociais no plano nacional, estadual e municipal com perfis focalistas ou assistencialistas são ineficientes num contexto onde a maior parte da população carece de direitos básicos de cidadania. E em muitos casos, as políticas públicas que por princípio e por direito deveriam ser para todos ficam sob o controle das oligarquias políticas locais que, através do clientelismo, transformam direitos em privilégios, limitando o conceito de cidadão a meros usuários e beneficiários dos serviços. Essas mesmas oligarquias que assumem a administração pública colocam diversos obstáculos para o fortalecimento de relações horizontalizadas entre o poder público e a sociedade civil, inibindo desta maneira a perspectiva de se estabelecer governos democráticos e participativos. Esta ausência de políticas públicas aparece desde a falta de segurança - o número de óbitos decorrentes de atos de violência é o mais alto da metrópole fluminense - até a precária rede de saneamento ambiental que muitas vezes, devido a doenças de veiculação hídrica, tira a vida de muitos.

Pouco destaque tem sido dado no espaço público, na imprensa em particular, ao tema das regiões metropolitanas e do formato explosivo que estas vêm adquirindo

através da combinação entre desigualdade e violência⁸. Vários temas estão ausentes ou são tratados de forma superficial, como o dos indicadores sócio-econômicos, que em muitos casos são próximos aos do Nordeste; a quantidade de pessoas afetadas pelos constantes racionamentos de água; as enchentes recorrentes, o estado de conservação dos rios e a poluição da Baía de Guanabara; e os inúmeros casos de desnutrição infantil, ocasionados pela má qualidade da água ou pela contaminação do esgoto a céu aberto. A rede hospitalar de média e alta complexidade, dispersa e insuficiente a quantidade de famílias abaixo da linha da pobreza, a inexistência de acesso à educação infantil, ao esporte, ao lazer e à cultura e os altos custos do transporte inter e intra-municipal são alguns dos exemplos dos processos geradores e reprodutores da desigualdade.

Também em relação aos grandes projetos, com o Programa de Despoluição e o Nova Baixada, nenhum governo estadual foi responsabilizado por suas gestões ineficientes, que não asseguraram a participação da sociedade e colocaram em risco os investimentos já realizados. São vistas estações de tratamento de esgotos sem esgoto para tratar devido a não conclusão da rede que liga as residências às estações e reservatórios de água, concluídas sem que a obra de duplicação da adutora de água tenha sido realizada, inviabilizando a sua utilidade. Sem falar na qualidade das obras e na realização de intervenções na planície sem a urbanização da parte dos morros dos bairros.

Esses programas também não enfrentam o problema das enchentes da região, já que a maior parte dos rios que interligam os municípios da Baixada e servem à Baía de Guanabara, hoje encontram-se assoreados em sua maior parte. São eles: Iguçu-Botas; Pavuna-Meriti e Sarapui. A quantidade de sedimentos e lodo nos rios é tão grande, que especialistas dizem que para retirar o material do rio Sarapui, somente no trecho de Mesquita com cerca de 80.000 m³, seriam necessárias dez mil viagens de caminhão. A ausência de manutenção da limpeza (a última dragagem foi realizada no início dos anos 90), a inexistência de tratamento de esgoto, de educação ambiental e de fiscalização das empresas poluidoras e de despejo clandestino de entulhos aprofundam a degradação ambiental e contribuem para debilitar a saúde de milhares de pessoas. Deve ser ressaltado que a maioria das redes coletoras de esgotos são unitárias, ou seja, coletam esgotos juntamente com as águas pluviais, o que torna mais dispendiosa a realização de tratamento.

⁸ ver pesquisa do capítulo **Mídia e Violência - como os jornais retratam a violência e a segurança pública na Baixada Fluminense.**

Questões ainda mais ausentes do debate público são as que dizem respeito à contribuição da Baixada na geração de riquezas do Rio de Janeiro, como os processos amortecedores de conflito social na capital através da transferência de parte da demanda por habitação para os municípios da Baixada. Inúmeros são os exemplos desse processo: (i) reclama-se da superlotação dos hospitais do Rio pela população da Baixada devido à insuficiência da rede da Baixada, mas esquecem de dizer que as consultas, exames e cirurgias realizadas pelos seus moradores são pagos pelo Sistema Único de Saúde para o município do Rio; (ii) o Rio de Janeiro exporta grande parte do seu lixo para o aterro de Gramacho em Duque de Caxias (que já deveria estar desativado); (iii) a água do Guandu faz manobra para atender com prioridade os moradores do Rio e somente abastecer a Baixada com as sobras; (iv) milhares de pessoas se deslocam diariamente da Baixada para a capital para trabalhar, o que gera maior consumo e pagamento de impostos na cidade do Rio de Janeiro; (v) a distribuição de recursos do governo federal e do governo estadual não corresponde às necessidades mínimas da Baixada e a um padrão mais justo e equitativo de distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Com tantos problemas interligados, não se observa ainda por parte dos governos do estado, dos municípios da região e da capital o estabelecimento de espaços de soluções pactuadas. Independente dos partidos, os governos estaduais têm investido na região, mais para deixar a sua marca do que para gerar processos de divisão de atribuições e responsabilidades. Esse modelo, com pequenas alterações, perpassou os programas Reconstrução Rio, Nova Baixada e de Despoluição da Baía de Guanabara. Também são comuns as verbas discricionárias, ou seja, de acordo com a afinidade política existente entre a prefeitura e o governo do Estado. Quando a pactuação existe, esta se faz sem participação e controle da sociedade, como é o caso do CISBAF – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense, que reúne os secretários de saúde da Baixada, que tomam decisões sem consultar os Conselhos de Saúde e sem levar em conta as deliberações do Fórum de conselheiros de saúde da Região Metropolitana I (conselheiros municipais da Baixada).

Cabe destacar a criação da Associação de Prefeitos da Baixada, entretanto a atuação da Associação tem se concentrado na busca de mais recursos para a região, não significando ainda um espaço de formulação de projetos integrados. Nem mesmo a chacina de 29 moradores mobilizou a Associação de Prefeitos em torno da política de

segurança, da cobrança de ações do governo estadual e de possíveis respostas no plano das prefeituras.

O problema da Baixada não se resume a falta de acesso a recursos. Há uma significativa carência de técnicos qualificados e estrutura de trabalho e de diagnóstico que permitam a elaboração de políticas consistentes e o estabelecimento de metas e parâmetros que orientem a prestação própria de serviços ou a concessão dos mesmos. A mudança na relação da região com o governo do Estado exige a construção de condições e vontade política de desenvolver com autonomia uma política municipal e regional capaz de dialogar acerca dos macro-projetos do governo estadual na região, de resgatar o poder de concessão dos serviços de água e esgoto, no caso a CEDAE, e fomentar a abertura de espaços de pactuação em torno de áreas estratégicas, como a segurança pública, a saúde, o saneamento ambiental, o transporte e o desenvolvimento econômico.

Mesmo com todos os impactos sócio-econômicos negativos sobre o associativismo, são as organizações da sociedade civil que têm procurado colocar esses temas em pauta regional. A criação do Comitê de Saneamento Ambiental em 1984 pelas Federações das Associações de Moradores da região provocou a implantação dos programas Reconstrução Rio e Despoluição da Baía de Guanabara. As duas Conferências da Cidade da Baixada, realizadas em 2003 e 2005, indicaram a necessidade e a urgência de se estabelecer a gestão compartilhada dos serviços de saneamento ambiental através de um diagnóstico dos serviços e da elaboração de um Plano Global para a região. No plano da saúde, a maioria dos participantes do Fórum de Conselheiros da Saúde da Metropolitana I é integrante da sociedade civil e apoia o Consórcio, mas exige que este tenha como referência as deliberações do Fórum. E, recentemente, após a chacina de 31 de março, o debate sobre a violência começa a adquirir notoriedade e a mobilizar organizações da sociedade, ficando mais nítida a importância do envolvimento das prefeituras e da adoção de ações integradas dos municípios com o governo do Estado a fim de enfrentar a violência e o extermínio. Anteriormente, a violência era um tema que normalmente restringia-se ao Centro de Direitos Humanos da região, ligado à igreja católica ou a líderes comunitários que participavam de cafés da manhã nos Batalhões⁹ e a outros poucos interessados.

⁹ Esses cafés da manhã proporcionaram pouquíssimos resultados. Quando alguma liderança tinha coragem de denunciar algum policial, geralmente a consequência era a morte.

Sinalizando alguns desafios

De acordo com os problemas existentes, comuns a quase todos os municípios da região, faz-se necessário buscar a elaboração e implementação de políticas sociais integradas, sob a responsabilidade do poder público. Associações e organizações da sociedade civil, alguns técnicos de prefeituras e agentes sociais da região começam a manifestar a importância de se buscar soluções para esse quadro, norteados pelo princípio da cooperação, pautados por uma agenda social integrada numa escala de abrangência regional e até metropolitana. Compreende-se que para se enfrentar este elevado passivo social as soluções não devem ser baseadas em políticas públicas sociais minimalistas ou localistas que beneficiam apenas um determinado município.

Consideramos que o problema da violência na região deve ser enfrentado com medidas de curto, médio e longo prazo e não deve se restringir às ações de polícia. A violência não pode ser entendida sem associá-la às condições cotidianas de vida, que são violentas, mas que são comumente invisíveis ou naturalizadas. Esse contexto de invisibilidade é propício para a certeza da impunidade por parte de grupos criminosos, seja ele constituído por membros que trabalham em instituições do Estado, como a polícia militar, ou não. Mais do que polícia, a Baixada precisa de uma política integrada de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.

A revisão ou elaboração dos planos diretores¹⁰ dos municípios da região pode ser uma oportunidade para elaboração de diretrizes básicas que garantam o direito à cidade e a aplicação dos princípios da reforma urbana, de forma a enfrentar o padrão de segregação e exclusão urbana, e a viabilizar o direito à habitação com qualidade, onde se inclui o acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos necessários. Entretanto, é preciso envolver as prefeituras, inclusive a da capital, o governo estadual e o federal para estabelecer ações compartilhadas e promover uma melhor distribuição das atribuições e das responsabilidades no financiamento das políticas. Obviamente, esse processo precisa estar permeado pela participação das organizações da sociedade civil na formulação e controle das ações.

Fortalecer as experiências existentes também pode ser um bom ponto de partida. A Conferência das Cidades da Baixada, realizada em 2005, apontou para processos

¹⁰ Plano Diretor é definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município. Nele há a oportunidade de se estabelecer um pacto sócio-territorial que se transformará em lei. Conforme o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10257/2001, os municípios com mais de 20.000 habitantes têm até o mês de outubro de 2006 para elaborá-lo ou adequá-lo ao Estatuto da Cidade.

concretos de pactuação em torno da formação e articulação dos Conselhos Municipais da Cidade, que tratam das políticas urbanas de forma integrada: habitação, saneamento ambiental e transporte e mobilidade urbana. Serão realizados cinco seminários temáticos¹¹ que favoreçam a elaboração de planos diretores com uma perspectiva regional e a instalação do Fórum de Saneamento Ambiental da Baixada, que teria como tarefa experimentar ações compartilhadas em torno do diagnóstico dos serviços de saneamento na região, dos macro-programas já existentes na região, das bacias e das sub-bacias como referência de planejamento e gestão dos recursos hídricos e da elaboração de um plano global de saneamento, juntamente com a definição do modelo de gestão compartilhada dos serviços de saneamento. Na área da saúde, destaca-se a reivindicação de que o consórcio de saúde entre os municípios tenha como referência os debates e os pactos estabelecidos no âmbito do Fórum de conselheiros de saúde.

Por fim, deve ser ressaltado que, além da importância da implantação de políticas urbanas que assegurem a moradia e os direitos básicos para a vida na cidade, é preciso ser dada uma especial atenção às políticas voltadas para a juventude, pelo fato deste segmento ser o mais afetado e envolvido no processo da violência. A carência financeira aliada a um grande apelo ao consumo, a falta de perspectivas de emprego e a inexistência de uma política cultural tornam esses jovens em vítimas e algozes da violência. Mas, como diversos estudos têm apontado, é preciso dar voz aos jovens, que de forma minoritária e invisível na Baixada têm procurado responder a essa grave situação em movimentos como rádios comunitárias, hip-hop, grêmios estudantis e em diversas manifestações culturais.

Em síntese, poderíamos afirmar que a Baixada Fluminense é uma região que evidencia as marcas mais perversas resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico e social desordenado, desigual e excludente implementado com mais força a partir da segunda metade do século XX pelas elites econômicas e políticas do nosso país. Hoje, contudo, ela conta com potencialidades, tais como organizações da sociedade civil e alguns governos locais que começam a incorporar aspectos que assegurem uma governança democrática, capazes de superar esta realidade e construir cidades onde predomine a democracia e a justiça social.

¹¹ Além das políticas urbanas citadas anteriormente, foram incluídos os temas do desenvolvimento econômico e da segurança pública.

Violência e política na Baixada: o caso dos grupos de extermínio

José Cláudio Souza Alves¹²

A Baixada Fluminense¹³ é uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina. Nela configura-se uma realidade sócio-espacial onde se condensam as mais dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira. Além da proximidade geográfica e do grau de urbanização, as cidades que compõem esta região possuem uma formação histórica, espacial e social marcada por um padrão comum de segregação da classe trabalhadora, original pela extrema violência expressa na média de aproximadamente dois mil assassinatos por ano, ou seja, mais de 70 homicídios por 100 mil habitantes (ver capítulo 3). Em 1997, Duque de Caxias aparecia em 14º lugar no ranking das 100 cidades mais violentas do país, com 76,6 homicídios por 100.000 habitantes; Belford Roxo em 19º, com 73,1; São João de Meriti em 22º, com 72,4; Nilópolis em 24º, com 70,5; Queimados em 26º com 69,4; Japeri em 37º, com 61,8 e Nova Iguaçu em 38º, com 61,2 (TOLEDO, 1999).

É no campo político, entretanto, que se estabelecem as maiores ambigüidades desta realidade na qual se insere a Baixada. A trajetória política de vários membros de grupos de extermínio, eleitos a partir da notoriedade adquirida enquanto matadores, nos dá toda a dimensão da tragédia das milhares de pessoas cuja única referência de segurança pública foi dada pela atuação dos esquadrões da morte, pelo controle exercido recentemente por traficantes e pela atuação comprometida do aparelho judiciário que, em mais de 90% dos casos de homicídios não consegue identificar a autoria dos crimes nem constituir processo (SOARES, 1996).

Assim, enquanto assistimos à violência na cidade do Rio de Janeiro ganhar diariamente uma cobertura privilegiada da mídia e atuações espetaculares de governos e ONGs, nos deparamos com o silêncio e a conivência frente ao massacre que se perpetua

¹² José Cláudio Souza Alves é sociólogo, professor e Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É autor do livro *“Dos barões ao extermínio, uma história da violência na Baixada Fluminense”*.

¹³ O termo Baixada Fluminense realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no estado do Rio de Janeiro, formada por um relevo de baixas planícies, muitas delas inundáveis, que se estendia do município de Itaguaí ao de Campos, no Norte do estado. Posteriormente, na década de 70, a partir dos inúmeros casos de assassinatos ocorridos na região à oeste da cidade do Rio de Janeiro, oito municípios passaram a ser definidos por este termo, identificando mais o aspecto da violência.

na Baixada (ver capítulo 4). Entretanto, não se trata aqui de exclusão, pelo contrário, só se compreende o ocultamento da violência na Baixada quando se percebe sua relação com a visibilidade do Rio de Janeiro. É necessária uma perspectiva histórica e política de análise, que evidencie como ao longo do tempo foram construídos mecanismos eficientes de controle sobre este quarto mercado consumidor do país¹⁴, onde se concentra quase 25% do eleitorado do estado¹⁵.

Saque, cassações e extermínio

A explosão dos loteamentos, clandestinos ou não, que fizeram a população da Baixada duplicar e, em algumas regiões, triplicar a cada década a partir dos anos 50, acumulou um conjunto de contradições econômicas e políticas que conheceu a sua fase mais aguda no final dos anos 50 e início dos 60, a exemplo do que ocorria no país. Por um lado, os despejos de lavradores atingidos pela ambição desenfreada dos grileiros possibilitaram o surgimento de um forte movimento camponês, cuja resistência, armada em alguns casos, revelou a covardia e o conservadorismo dos grupos dominantes, lhes impondo inúmeras derrotas¹⁶. Por outro lado, o grande saque de cinco de julho de 1962, com seus 42 mortos, 700 feridos e dois mil estabelecimentos comerciais atingidos, colocava em dúvida a capacidade de controle da massa urbana da Baixada a partir dos esquemas de dominação até ali construídos (TORRES e MENEZES, 1987). A recusa do governador do Estado do Rio de Janeiro, Celso Peçanha, em fornecer policiais para que a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias os equipasse, construísse instalações e pagasse seus salários não impediu que as estruturas pára-oficiais de segurança ganhassem dimensões cada vez maiores na região, diante da possibilidade do freguês tornar-se saqueador.

O golpe militar de 1964 encarregou-se de dar uma resposta mais do que suficiente para os problemas dos grupos políticos dominantes da Baixada. Os mais sólidos empreendedores políticos, com sua alquimia entre populismo, clientelismo, coronelismo e violência, tais como Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti, conheceram a cassação da primeira hora. Os refugiados no MDB, enquanto prefeitos, sofreram processos sumários de cassação organizados pelos comandantes da Vila Militar. Os

¹⁴ Dado veiculado pela FIRJAN ao longo de 1998 na imprensa, a fim de justificar o crescimento dos investimentos na região.

¹⁵ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Dados a partir das eleições municipais de 1996.

¹⁶ Destaco aqui, como homenagem e exemplo de trajetória política, Josefa Paulino, viúva do líder camponês deste período, José Pureza. Tendo falecido em dezembro de 1999, sua biografia nos deixa um

demais mandatos eletivos sentiram o impacto da reconfiguração das estruturas de poder político na região, na qual passaram a predominar, em pouco tempo, os alinhados com os militares, abrigados na Arena. Entre os exemplos deste rearranjo do mapa político, o município de Nova Iguaçu teve 8 prefeitos em seis anos, de 1963 a 1969, incluindo eleitos, presidentes de Câmaras ocupando cargos vacantes e interventores. Nilópolis conheceu a mistura entre clã político, jogo-do-bicho e carnaval. E Duque de Caxias será definida como Área de Segurança Nacional por causa da REDUC¹⁷ e da Rodovia interestadual Washington Luís, perdendo o direito de eleger o seu prefeito, que passou a ser nomeado pela ditadura, até 1985.

Percebendo, porém, a importância nacional da Baixada - Nova Iguaçu era a oitava cidade brasileira em população - e a originalidade da conjuntura sociopolítica e econômica local, a ditadura militar deu apoio à montagem de um dos mais poderosos esquemas de execuções sumárias da história do país. A partir da criação da Polícia Militar, em 1967, como força auxiliar no processo de repressão e patrulhamento preventivo, iniciou-se a escalada dos grupos de extermínio. A participação direta e posteriormente indireta de policiais nestes grupos, o financiamento por parte de comerciante e empresários locais e o respaldo por parte dos grupos políticos locais forneceram as condições adequadas para o funcionamento deste aparato criminoso.

Os poucos casos de homicídios transformados em processos na época já permitiam entender a lógica destas execuções. Conforme constatou o promotor José Pires Rodrigues, o envolvimento direto de policiais nas execuções estava associado à prestação de serviços para comerciantes, empresários e grupos locais que pagavam por isto. Uma milícia calcada no uso privado do aparato da justiça que era mantida pelos recursos públicos do Estado. Esta perversão da política pública de segurança revelava também, para o promotor, os limites da sua ação, visto que em vários processos jamais conseguiu apurações nem condenações. A maior dificuldade era a falta de testemunhas para os casos, já que o aparato policial que devia dar garantias a estas testemunhas era o que estava no banco dos réus.

dos maiores legados quanto à atuação de mulheres neste período e inspiração para o presente. Quanto à análise deste movimento camponês, ver: GRYSZPAN, 1987.

¹⁷ Refinaria Duque de Caxias, da Petrobrás.

Os anos 80, com o surgimento do “Mão Branca”¹⁸, trouxeram consigo uma inovação no funcionamento deste aparato de execuções sumárias. Sofrendo com a maior exposição e cobrança da mídia, numa conjuntura de abertura política, os grupos de extermínio iniciaram um processo de autonomização frente ao aparelho policial. Progressivamente, policiais militares e civis se transformaram em agenciadores dos serviços destes grupos, mantendo o envolvimento, mas lidando agora com um mercado mais competitivo, onde vários outros grupos atuavam. Frente a esta escalada, que já se pronunciava no final da década de 70, destaca-se a atuação de D. Adriano Hypólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu. Recusando o silêncio, mesmo tendo sido seqüestrado, despido e abandonado pintado de vermelho, além de ter o carro explodido na frente da CNBB em 1976, D. Adriano revelou, juntamente com o detetive Ayres, uma testemunha chave, ex-amante de um dos principais policiais envolvidos com o extermínio na região. Isto favoreceu o início da atuação do primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986) na área de segurança, sobretudo com a criação da comissão especial para apurar os crimes atribuídos a grupos de extermínio na Baixada.

Contudo, os resultados das políticas públicas na área de segurança na década de 80 serviram mais para demonstrar a força do esquema de execuções montado do que para impor-lhe limites. O fracasso neste aspecto do primeiro governo Brizola seria, porém, facilmente esquecido frente à liberação da atuação dos grupos de extermínio ao longo do governo Moreira Franco, sobretudo no seu último ano, 1989, quando a Baixada conheceu seu mais alto índice de homicídios: 95,55 mortos por 100 mil habitantes (ALVES, 1998:127).

Segurança pública: trajetórias pessoais mais que projetos políticos

O combate aos grupos de extermínio e a luta contra os assassinatos na Baixada tiveram nos anos 90 um diferencial, dado não pela política da área de segurança em si mesma, mas pelo impacto que nela causou a atuação de duas pessoas. Isto revela, por um lado, um incomparável esforço pessoal e, por outro, os limites das políticas desta área, dependentes de iniciativas individuais, verdadeiras brechas no sistema, que possibilitaram desvelar um pouco esta estrutura de assassinatos.

¹⁸ A expressão Mão Branca surge neste período a partir das inúmeras denúncias de autoria de chacinas atribuídas a um grupo de extermínio com este nome. Na verdade, um artifício para ocultar e promover a atuação de inúmeros grupos de extermínio.

A atuação de Tânia Maria Salles Moreira como promotora pública na comarca de Duque de Caxias desconstruiu a rede que a partir do próprio Fórum de Justiça da cidade coordenava as execuções. O caso de *Pedro Capeta*, eleito no final dos anos 80 suplente de vereador, pelo PTB, revelou-se exemplar. Preso numa tentativa de assassinato, era assíduo freqüentador do Fórum e possuía uma carteira de oficial de justiça *Ad Hoc* dada pelo então juiz. A arma com ele encontrada tinha lhe sido entregue pelo próprio juiz, após ter sido apreendida em um outro crime (MOREIRA, 1996: 102-103 e 111-114).¹⁹ Assim, um dos mais famosos matadores da época agia com arma e carteira fornecidas pelo juiz, que represava processos de homicídios por anos em suas gavetas para arquivá-los em seguida, alegando ausência de tempo para operacionalizá-los. Desnecessário dizer que *Pedro Capeta* foi absolvido no processo por falta de testemunhas.

Já Hélio Luz, convidado em 1991 pelo Secretário de Segurança Nilo Batista, no segundo governo Brizola, para ser o delegado do Departamento Geral de Polícia da Baixada, impôs a condição de ter poder sobre a nomeação dos demais delegados da região, conseguindo mudar 16 deles. Os resultados da sua atuação foram significativos, com redução expressiva das taxas de homicídios na Baixada, passando de 93,95/100 mil habitantes em 1990 para 78,03/100 mil hab. em 1991 e 69,95/100 mil hab. em 1992. O mesmo aconteceu quando assumiu a chefia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, reduzindo os assassinatos na região de 82,03/100 mil hab. em 1995 para 69,36/100 mil hab. em 1996 (ALVES, 1998:127). Para Hélio, a redução dos homicídios estava diretamente associada à sua capacidade de interferir na nomeação de delegados, destituindo aqueles vinculados ao esquema de execuções, que por sua vez agiam associados ao poder político local, responsável pela indicação das suas nomeações e sustentação no cargo. O que explicaria o fato de que em anos de eleições municipais a permanência de Hélio Luz à frente do cargo que ocupava tornava-se insustentável²⁰.

¹⁹ Sobre este e outros casos nos quais atuou a Promotora Tânia Maria S. Moreira, ver Moreira, 1996;1999

²⁰ Entrevista com Hélio Luz realizada em 18/12/1997.

Quando os matadores chegam ao poder

Tânia Maria e Hélio Luz demonstraram a profundidade com a qual o esquema de execuções sumárias e os grupos de extermínio permeiam o aparelho judiciário que, por sua vez, acopla-se às estruturas do poder local. Ambos obtiveram resultados até o momento insuperáveis no combate a esse esquema, mas deixam também o legado do limite frente a ele. Isso explica que, com a chegada dos matadores à chefia do poder executivo municipal, também nos anos 90, pessoas como Tânia e Hélio tenham simplesmente desaparecido da Baixada.

A eleição de dois dos mais destacados representantes dos grupos de extermínio da Baixada à prefeitura de duas das mais populosas cidades da região, que juntas somam quase 1 milhão de eleitores, confere aos anos 90 o amargo gosto da derrota. A não citação dos nomes, por motivos óbvios para um morador da região como eu, permite avançar na análise desta nova conjuntura e perceber suas implicações. Ambos davam sustentação a blocos de poder que estão muito além da esfera local, reeditando a tradicional aliança, que povoa nossa história, entre representantes da classe dominante nacional e os criminosos.

O primeiro, acusado em várias denúncias por roubo de carga e venda das mesmas para os comerciantes que contratavam o serviço do seu grupo de extermínio, elegeu-se, nos anos 80, vereador e, na década seguinte, prefeito, com mais de 60% dos votos. Por trás da popularidade, o velho binômio clientelismo-violência, expressos na distribuição de alimentos numa das regiões mais pobres do país e no uso do seu grupo de extermínio na intimidação eleitoral e na corrupção do processo de apuração eleitoral. Foi processado, porém jamais condenado por ausência de testemunhas. Quando organizava sua participação no mapa político eleitoral das eleições municipais que se aproximavam, acabou assassinado, naquilo que a polícia concluiu como latrocínio. Um parente diretamente ligado a ele se elegeu para ocupar a prefeitura. Seu lema de campanha foi apenas a vinculação ao defunto. Ao longo da sua administração, remanescentes do grupo de extermínio do qual fazia parte o falecido ampliaram seu poder dentro da esfera pública. Qualquer forma de manifestação de desagrado à atuação da prefeitura, como uma manifestação dos professores ao desfilarem vestidos de luto, no final da parada estudantil de 7 de setembro, era tratada pelos truculentos capangas destes matadores, agora autoridades públicas, com agressões e armas em riste. Após um mandato sem conseguir se reeleger, retoma a prefeitura, perpetuando sua estrutura de poder e violência.

O segundo implementou uma outra estratégia. Eleito vereador com base na “limpeza” que realizou no bairro onde morava, executando não só os possíveis ladrões e bandidos como qualquer um que o contestasse, assumiu a presidência da Câmara Municipal. Tendo acesso às máquinas da prefeitura, em troca do apoio e sustentação dados ao prefeito, ampliou sua já notória rede de clientelismo, realizando agora obras públicas de impacto coletivo. Arrolado como réu em um processo de homicídio doloso e após ter sido preso duas vezes pelo Ministério Público, elegeu-se deputado estadual, ganhando imunidade parlamentar por quatro anos, neste absurdo da legislação brasileira que, naquela época, garantia imunidade também para crimes comuns. Presidente do diretório local do seu partido, elegeu-se prefeito e se reelegeu. Nesta reeleição, conseguiu emplacar dois parentes seus como prefeitos em outras duas cidades da Baixada e um outro familiar ocupando a Assembléia Legislativa do Estado. Somados os votos dessa família, aproximamo-nos do meio milhão de votos.

Derrotado na tentativa de sucessão e de reeleição, juntamente com seus dois outros parentes, não perdeu sua base política e eleitoral. Pelo contrário, infiltrou-se dentro de partidos de base popular e de esquerda, como o próprio Partido dos Trabalhadores.

O aparato político, estatal e econômico da violência

A riqueza da discussão sobre a violência na Baixada, nos limites aqui apresentados, demonstra o quanto os aparelhos do Judiciário, Legislativo e Executivo foram permeados pelas estruturas de poder locais calcadas nas execuções sumárias, com seus beneficiados e dividendos eleitorais. Entende-se a razão de uma pessoa da área de segurança não possa permanecer no cargo ao fazer denúncias contra a “banda podre” da polícia em ano eleitoral, pois vereadores, deputados e prefeitos de um dos maiores colégios eleitorais do país estabeleceram sua base de sustentação em cima de grupos de extermínio e policiais vinculados a eles. Matadores presos precisam ser soltos em anos eleitorais para fazer serviços para candidatos que, por sua vez, devem solucionar problemas daqueles que lhe dão sustentação financeira em campanhas e que são, portanto, seus melhores cabos-eleitorais. Delegados indicados por estes políticos precisam ser mantidos juntamente com policiais que dêem cobertura a todo o esquema que vai da fraude, sumiço, controle e adulteração de processos à eliminação de testemunhas. Governadores precisam de deputados estaduais para aprovação de leis, sobretudo a orçamentária, e a respectiva aprovação de contas. Precisam também de

prefeitos que com o seu apoio mantêm pelo clientelismo e pelo medo uma base eleitoral cativa. Deputados que estão diretamente vinculados ao aparato de execuções e crimes, ou dele se beneficiam indiretamente, triangulam relações entre os executivos municipais e estaduais fortalecendo e ampliando sua base de atuação política e eleitoral.

É necessário reconhecer que a entrada dos grupos de traficantes esquadrihando toda a Baixada e rearranjando as formas do poder local amplia a mortalidade dos grupos envolvidos em disputas e acertos, somando-se à estrutura de execuções já consolidada. Suas relações com o aparelho policial e, por conseguinte, com a face do Estado na área de segurança, desabona qualquer visão dos traficantes como construtores de um pára-Estado ou poder paralelo. Integrados, recobrem com mais uma instância de fragmentação e de submissão à população empobrecida e entregue à luta cotidiana. Uma população que, malgrado este cenário, formula inúmeras respostas e alternativas. Estabelece comportamentos de resistência que vão da solidariedade pessoal e familiar à participação em diferentes grupos, com destaque para os religiosos.

A chacina de 31 de março de 2005

A chacina que ocorreu em Nova Iguaçu e Queimados no dia 31 de março de 2005, traz como novidade a quantidade de executados na mesma operação. Mortos em locais e momentos diferentes ao longo de uma semana, como freqüentemente ocorre, sequer teriam atraído a atenção da mídia. Coincidência ou não, o dia 31 de março fica como uma referência ao golpe militar, que institucionalizou na região a existência dos grupos de extermínio, nos moldes que até hoje funcionam.

A versão divulgada de imediato pela mídia foi a de uma operação que visava obstruir o processo de moralização e identificação de policiais envolvidos em crimes na região, iniciada por um novo comando. Confirmada, essa versão nada mais é do que a continuidade de uma prática comum ao longo da história dos grupos de extermínio na Baixada. A cada movimento de controle e limite para a operação desses grupos, reações como o aumento do número de vítimas sempre foram identificadas, gerando, a seguir, uma acomodação das políticas de segurança.

O indiciamento de onze policiais, enquanto suspeitos, já enfrenta problemas nos seus procedimentos investigativos. Ao invés de serem detidos em locais separados, a fim de se aproveitar das contradições dos depoimentos para se aprofundar as investigações, simplesmente foram mantidos todos juntos, numa única cela, permitindo

a construção de uma única versão, controlando as contradições e dificultando o processo judicial.

Acompanhar, passo a passo, o processo sobre a chacina nos revelará, tão somente, os limites existentes em tantas outras chacinas, como a de Vigário Geral, há aproximadamente doze anos. As dificuldades na investigação, somadas ao controle e poder que o próprio aparato policial possui na formulação de provas, a todos os elementos do processo penal sempre explorados pela defesa, e à tradicional morosidade, não permitem previsões muito otimistas. Sem dizer que mesmo ocorrendo condenações exemplares, nada garante a interrupção do funcionamento dos grupos de extermínio. Pelo contrário, se agora uma redução das execuções na região é percebida enquanto efeito imediato da exposição pública resultante da chacina (ver capítulo 3), isso confirma o grau de envolvimento do aparato policial na operacionalização das execuções. Assim, o início dos anos 2000 indica a retomada dessa atividade sob o monopólio do aparato policial. A fonte de recursos gerada pelos homicídios —que beneficia vários clientes: comerciantes, empresários, traficantes de drogas, seqüestradores, ladrões de carros e residências, políticos locais em seus acertos de conta e disputa, etc.— sofre uma reincorporação operacional por parte das agências de segurança pertencentes ao Estado. Assim, o 31 de março de 2005 saúda, com nostálgica sordidez, as condições originais dos grupos de extermínio, criadas pela ditadura militar. O próprio aparelho do Estado assume para si esse mercado tão antigo e promissor, na certeza de uma conjuntura favorável num país onde a lei e justiça funcionam para garantir a perpetuação desse projeto.

As raízes profundas dos grupos de extermínio na Baixada, aqui relatadas na sua perspectiva histórica, indicam que somente atuando nos elementos constituidores dessa estrutura é que se poderá limitá-la e controlá-la.

Enquanto os matadores continuarem com suas trajetórias de sucesso, elegendo-se; o aparato policial atuando sem qualquer controle, responsável pelas investigações dos seus próprios crimes; os detentores do poder econômico, legal ou ilegal, financiando ações de execuções, sem serem sequer denunciados; o tráfico de drogas sendo mais um cliente da rede de execuções sumárias e os grupos políticos dominantes valendo-se das execuções e da violência para a prestação de serviços, obtenção de apoio financeiro, controle de currais eleitorais e eliminação dos opositores, estaremos muito longe de vivenciarmos o fim desse genocídio perpetrado contra trabalhadores pobres, segregados em favelas e periferias, na sua maioria negros e jovens.

Bibliografia

- ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de Doutorado em sociologia. São Paulo: USP/FFLCH. 1998.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional. 1987.
- MOREIRA, Tânia Maria Salles. Projeto: Procurando Eles. Duque de Caxias, Mimeo. 1996.
- _____, Chacinas e Falcatruas. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris. 1999.
- SOARES, L.E. et al. (1996). Violência e Política no Rio de Janeiro. ISER. Relume-Dumará.
- TOLEDO, José Roberto de. “1,8% das cidades concentram 51% dos homicídios”. *Folha de São Paulo*. 17 de outubro de 1999. Cotidiano. p. 3.
- TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. *Sonegação Fome Saque*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições. 1987.

A INCIDÊNCIA DA VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Laboratório de Análise da Violência (UERJ)²¹

O objetivo desse capítulo é dimensionar a incidência da violência e da criminalidade na Baixada Fluminense, dentro do contexto do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. De acordo com o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), órgão oficial do estado do Rio, a Baixada Fluminense inclui os seguintes municípios da área metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

A imagem do Rio de Janeiro está indissolivelmente ligada à contradição entre a beleza natural e o caos humano, entre a sensualidade do samba e do carnaval e o horror das imagens de chacinas que, periodicamente, marcam o modo como os fluminenses encaram a segurança pública e o modo como a cidade é percebida no exterior. Por outro lado, a participação de policiais em várias dessas chacinas aprofunda a desconfiança da população nos agentes do Estado. No entanto, a trajetória do Rio de Janeiro, para além da sua especificidade, não está desvinculada do destino geral das metrópoles brasileiras.

O fato mais grave e mais marcante da violência no Rio é a alta incidência da violência letal. De acordo com os dados oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a taxa de homicídios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no ano de 2002 era a terceira entre as 26 regiões consideradas, atrás apenas de Vitória e Recife. Entre os anos de 1998 e 2002, o Rio de Janeiro apareceu sempre entre o terceiro e o quinto lugar nessa classificação.

Assim, o nível da violência letal no Rio pode ser considerado muito alto tanto em termos relativos quanto absolutos, considerando que o Brasil é um dos países com maior taxa de homicídios da América Latina e, por sua vez, esta região é uma das mais violentas do mundo. Contudo, a taxa de homicídios do Rio não é, como se poderia pensar, a maior do Brasil, apesar da visibilidade que a violência no Rio possui nacional e internacionalmente.

²¹ Esse relatório foi elaborado por Eduardo Ribeiro, Ignacio Cano, João Trajano Sento-Sé e Márcio Lázaro.

TABELA 1

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes nas Regiões Metropolitanas brasileiras

1998-2002

Regiões Metropolitanas	1998	1999	2000	2001	2002
Vitória	92,5	85,1	71,2	70,7	80,4
Recife	80,9	74,2	72	81,3	69,4
Rio de Janeiro	64,7	64,1	55,9	53,3	60,2
São Paulo	61,9	68,8	64,1	60,8	58,1
Baixada Santista	56,3	65,2	60,7	52,7	57,2
Maceió	26,3	24,9	35	45,2	50,1
Campinas	40,0	46,6	44,7	43,0	40,5
Salvador	34,9	19,5	28,0	31,1	38,4
Belo Horizonte	23,5	22,1	29,4	31,5	37,9
RIDE-DF	34,8	35,0	35,7	34,3	33,0
Goiânia	23,5	25,6	24,5	25,4	32,8
Londrina	15,4	14,5	17,3	24,9	31,1
Curitiba	23,3	26,0	28,4	28,3	29,5
Porto Alegre	23,4	23,7	27,5	26,8	29,0
Fortaleza	17,7	21,6	24,8	23,6	26,2
Belém	25,2	17,9	18,3	20,2	23,6
Natal	18,3	21,3	20,8	20,1	20,8
Foz do Rio Itajaí	9,9	10,7	10,3	15,1	20,3
Florianópolis	8,8	7,2	9,9	12,9	18,2
São Luis	20,6	16,0	15,1	22,0	17,8
Vale do Aço	6,8	6,7	10,8	11,8	14,3
Maringá	12,4	8,6	7,6	8,7	10,3
Norte/Nordeste catarinense	9,6	8,1	9,5	9,1	9,3
Carbonífera	6,6	5,4	5,5	5,4	8,4
Tubarão	4,4	2,6	3,4	4,2	5,0
Vale do Itajaí	5,1	3,2	2,5	6,4	4,3

¹ Fonte: SENASP, com base nos dados das certidões de óbito processados pelo Ministério da Saúde.

Diversas pesquisas mostram que os homicídios no Brasil são, sobretudo, um fenômeno metropolitano, o que tem feito com que o estado do Rio de Janeiro, que tem três de cada quatro dos seus cidadãos morando na área metropolitana, encontre-se sempre entre os estados com maior taxa do Brasil. No entanto, a incidência da violência letal não se distribui de forma homogênea dentro da região metropolitana.

A seguinte tabela mostra a taxa de homicídios de cada município da região metropolitana no ano de 2002, estimada a partir das certidões de óbito do DATASUS (Ministério da Saúde), utilizando uma estimativa que permite corrigir a subestimação decorrente das mortes violentas sem uma classificação precisa (Cano & Santos, 2001²²).

Esses dados nos permitem comparar a Baixada Fluminense com o resto da área metropolitana, principalmente com o município do Rio de Janeiro, que concentra a maioria da população da região. Assim, a Baixada Fluminense apresenta uma taxa de homicídios que é superior, em aproximadamente 21%, à taxa tanto do município do Rio quanto do conjunto do estado. De fato, a Baixada teve 73 homicídios para cada 100.000 habitantes nesse ano. A totalidade dos municípios da Baixada, com a exceção de Paracambi, Magé e Mesquita, apresentam valores próximos ou superiores a 70 por 100.000. Por sua vez, Itaguaí e Belford Roxo superam a barreira de 80 por 100.000 e são, junto a Itaboraí, os três municípios com as taxas mais altas do estado.

O município do Rio aparece em décimo sexto lugar entre os vinte municípios da Região Metropolitana. Dessa forma, apesar da grande atenção suscitada pela violência na capital tanto por parte da mídia quanto do poder público, o seu entorno apresenta uma incidência ainda mais preocupante.

Esses resultados, que podem ser conferidos graficamente no Mapa 1, confirmam a fama da Baixada Fluminense como um lugar violento, afetado pela existência de grupos de extermínio e de violência política, relacionada à tomada do poder. Assim, o poder público deveria conferir prioridade às suas intervenções nessa área tanto para prevenir quanto para reprimir essa alta incidência de violência letal

²² Cano, I. & Santos, N. *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*. 7 Letras. Rio de Janeiro. 2001.

TABELA 2

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2002

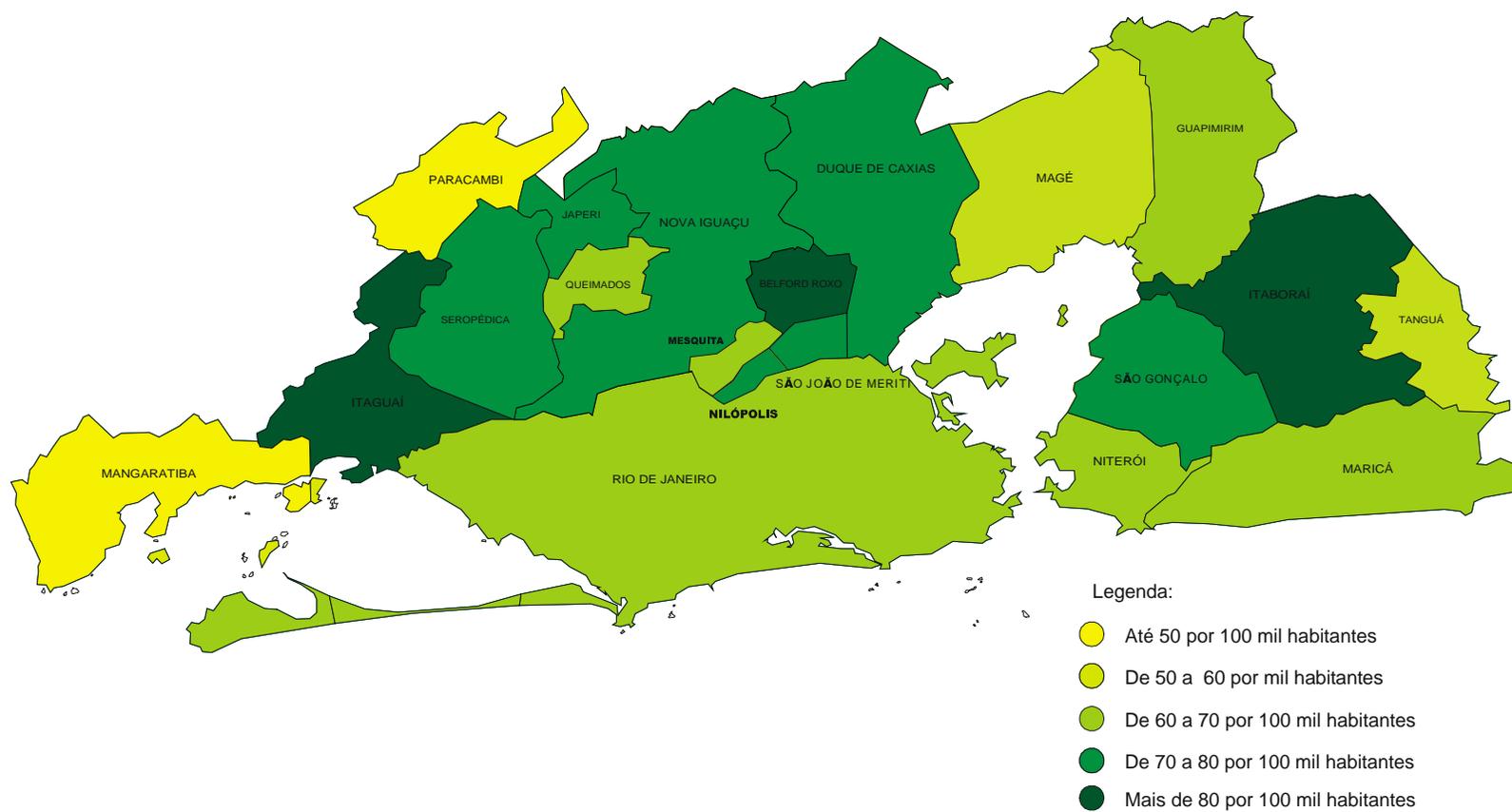
Município de residencia	Homicídios¹ Dolosos Estimados	População residente² 2002	Taxa por 100.000 hab.
Belford Roxo	387	456.559	84,69
Duque de Caxias	631	806.133	78,25
Guapimirim	28	40.205	69,61
Itaguaí	95	88.428	107,29
Japeri	64	88.544	72,56
Magé	121	218.051	55,65
Mesquita	109	173.801	62,56
Nilópolis	113	152.595	74,33
Nova Iguaçu	591	791.096	74,75
Paracambi	16	40.950	39,16
Queimados	88	128.950	68,17
São João de Meriti	340	456.701	74,52
Seropédica	53	70.373	75,67
Baixada Fluminense	2.637	3.597.734	73,29
Itaboraí	192	200.667	95,85
Mangaratiba	9	27.518	33,32
Maricá	55	85.348	65,03
Niterói	301	463.429	65,00
São Gonçalo	669	920.182	72,68
Tanguá	15	27.890	54,73
Rio de Janeiro	3.644	6.010.004	60,64
Região Metropolitana	7.524	11.247.424	66,89
Estado do Rio de Janeiro	8.930	14.888.576	59,98

¹ Fonte: Declarações de óbito - SUS/Ministério da Saúde

² Projeção populacional obtida através do Censo 2000/ IBGE

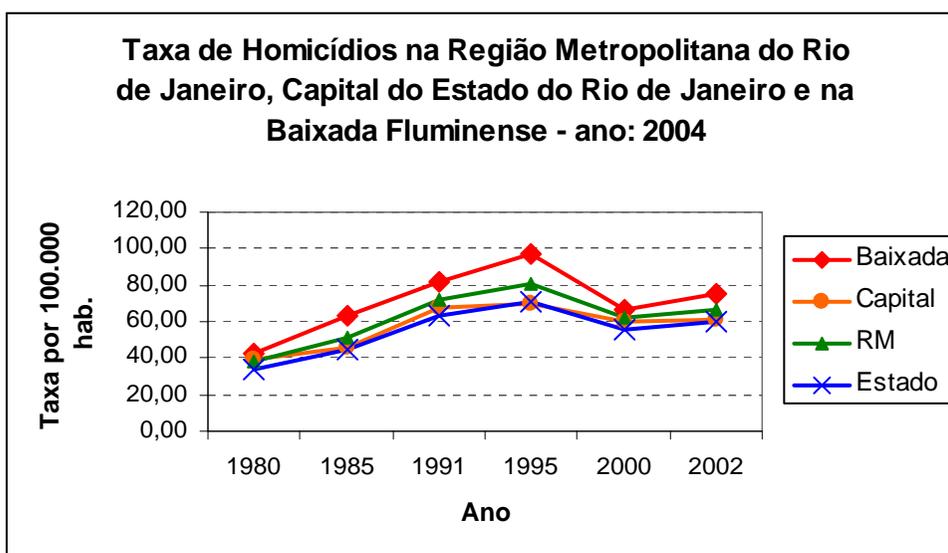
MAPA 1

**Taxa de homicídios dolosos por 100.000 hab.
Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2002**



Esse quadro particularmente dramático na Baixada Fluminense, em termos de homicídios, não é um fenômeno de apenas um ano nem um fato recente. O próximo gráfico mostra a estimativa de homicídios da Baixada, da Capital e da Região Metropolitana, a cada cinco anos, a partir de 1980. Os dados mostram que na década de 80, em que a violência letal começa a aumentar de forma intensa, a Baixada já apresenta taxas de homicídio sistematicamente mais elevadas do que o município do Rio. Com efeito, as taxas na Baixada continuaram subindo até 1995, enquanto as da capital tinham se estabilizado cinco anos antes. No ano de 2000, a diferença parece diminuir junto com as taxas gerais, mas ela se incrementa de novo em 2002. Em outras palavras, o diferencial de homicídios na Baixada é um fenômeno histórico que começou, no mínimo, nos anos oitenta.

GRÁFICO 1



A outra fonte relevante para a mensuração da violência é a Polícia Civil que, com base nos Registros de Ocorrência, contabiliza as ocorrências criminais. Para realizar um diagnóstico resumido da criminalidade violenta, escolhemos os três crimes violentos de maior relevância: homicídios dolosos, lesões dolosas e roubos. Os dois primeiros são categorizados como crimes contra a pessoa e o último crime é tipificado como crime contra a propriedade. A tabela seguinte mostra as taxas de cada um desses três crimes para cada município da região metropolitana.

Os homicídios dolosos estão subestimados nos dados da polícia, fundamentalmente porque a polícia registra o fato inicial. Assim, se uma pessoa for ferida, o caso pode ser registrado como tentativa de homicídio ou como lesão dolosa, mesmo que a pessoa venha a falecer posteriormente como consequência dos ferimentos. De qualquer forma, mesmo com taxas mais reduzidas do que as obtidas com os registros da saúde, a taxa da Baixada continua sendo superior em aproximadamente 25% às taxas do município do Rio e do estado. Em outras palavras, mantém-se o diferencial negativo da Baixada.

As lesões dolosas, entretanto, seguem um padrão diferente. A taxa da Baixada é similar à do município do Rio e à da região metropolitana. A do estado é levemente superior, o que mostra que as lesões, diferentemente dos homicídios, não constituem um fenômeno preferencialmente metropolitano. De fato, alguns dos municípios com maiores taxas de lesões, como Paracambi, Mangaratiba e Maricá, são justamente aqueles que apresentam uma incidência de homicídios relativamente baixa. Por outro lado, lugares como Belford Roxo e Itaboraí apresentam taxas reduzidas de lesões e elevadas de homicídios. Assim, diferentemente dos homicídios, as lesões não parecem afetar à Baixada de forma mais aguda do que o resto da região metropolitana ou do estado. De qualquer forma, a interpretação da taxa de lesões é mais complicada do que a de homicídios, pois o nível de subnotificação ou sub-registro, ou seja, a proporção de pessoas que deixa de denunciar o fato à polícia, é significativamente superior.

Por sua vez, os roubos, como era previsível em função das pesquisas nessa área, incidem fundamentalmente nas áreas mais ricas, onde o botim do crime contra a propriedade é maior. Esse é o caso da cidade do Rio de Janeiro. Município que concentra mais de um terço da população de todo o estado, maior e mais dinâmico centro de atividade econômica, a cidade do Rio de Janeiro apresenta, de longe, as maiores taxas de crimes

contra o patrimônio em todo o estado, seguida por Duque de Caxias, Niterói e Nilópolis. No seu conjunto, a Baixada Fluminense revela uma taxa que representa menos da metade do valor da capital. Como já foi mencionado, a renda significativamente inferior na Baixada faz com que esse resultado não seja surpreendente. O panorama geral confirma os resultados de diversas pesquisas no sentido de que os lugares com baixa renda tendem a sofrer maior violência letal enquanto os de alta renda padecem de crimes contra o patrimônio. No entanto, não existe uma correlação negativa perfeita entre ambos fenômenos, como mostra o fato de que alguns municípios, como Duque de Caxias, registram altas taxas de homicídio e de roubo, enquanto existem outros, como Mangaratiba, contam com uma incidência baixa nos dois tipos de crimes. De qualquer forma, mais uma vez é preciso mencionar a ressalva do problema da subnotificação, que costuma ser forte no caso do roubo — algumas pesquisas mostram que apenas um em cada quatro roubos é denunciado — e que pode apresentar intensidades diferentes em municípios diferentes.

Os resultados das taxas de roubos e lesões podem ser observados graficamente nos mapas 2 e 3, respectivamente.

TABELA 3

Taxa de Homicídio Doloso, Roubo e Lesão Corporal por 100 mil habitantes

Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2004

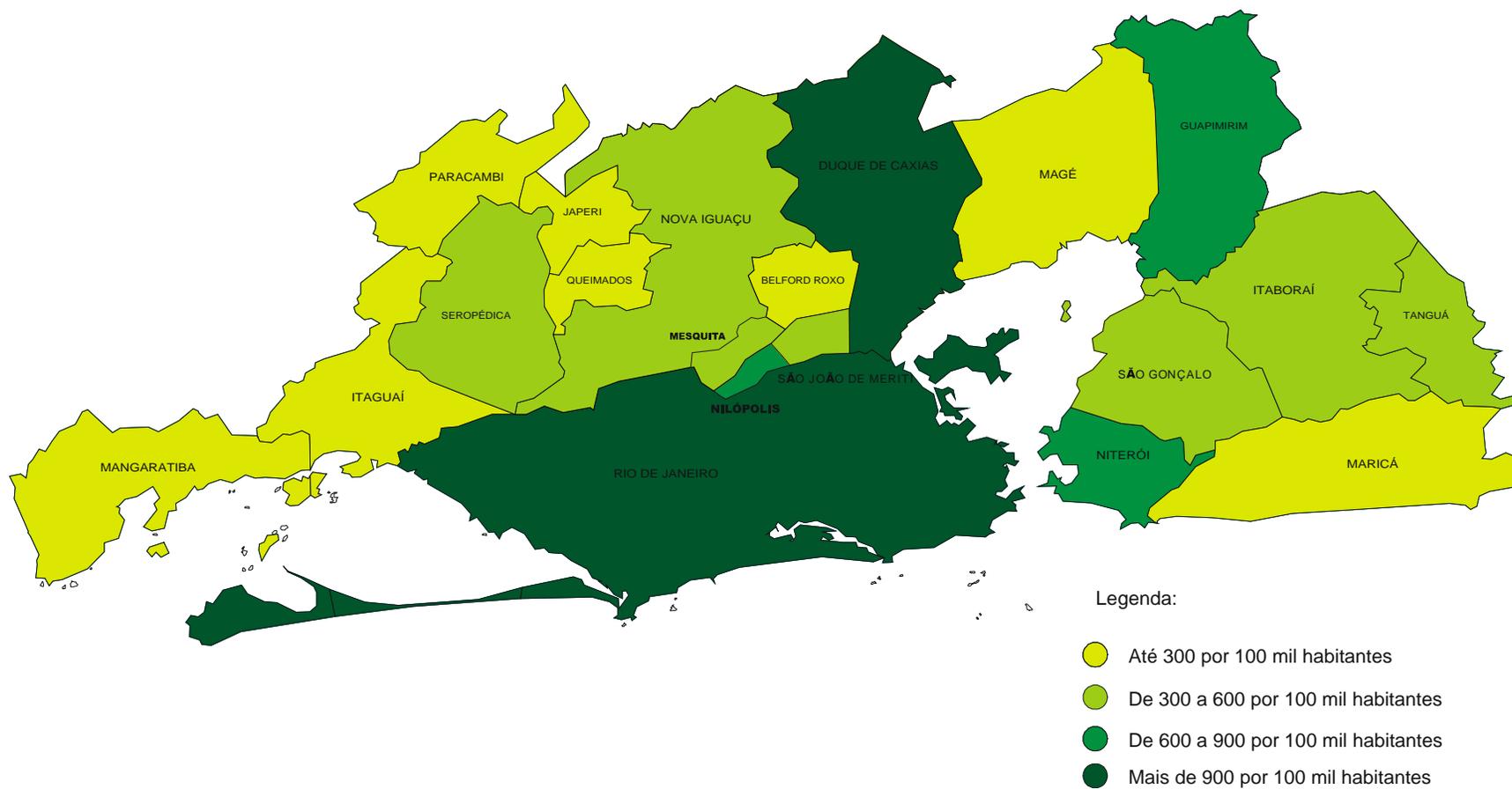
Municípios	População residente 2004¹	Taxa de Homicídio Doloso²	Taxa de Roubos²	Taxa de Lesão Corporal²
Belford Roxo	480.469	58,69	241,22	346,12
Duque de Caxias	839.418	56,47	914,56	428,87
Guapimirim	42.675	140,60	663,15	1260,69
Itaguaí	95.502	82,72	284,81	504,70
Japeri	93.180	37,56	52,59	450,74
Magé	231.442	21,60	165,48	343,50
Mesquita	182.902	41,01	448,87	518,31
Nilópolis	151.151	54,91	851,47	572,28
Nova Iguaçu	832.525	55,73	420,53	367,44
Paracambi	41.428	19,31	214,83	786,91
Queimados	135.703	70,74	200,44	579,21
São João de Meriti	464.200	42,44	455,19	506,46
Seropédica	76.003	59,21	331,57	486,82
Baixada Fluminense	3.666.598	53,13	495,23	441,91
Itaboraí/Tanguá	245.067	60,80	462,32	414,58
Mangaratiba	30.410	26,31	174,28	766,20
Maricá	94.871	29,51	275,11	637,71
Niterói	467.288	40,87	859,43	572,67
São Gonçalo	951.516	39,31	428,79	401,67
Rio de Janeiro	6.172.467	42,98	1227,08	438,07
Região Metropolitana	11.628.217	46,02	889,58	443,71
Estado do Rio de Janeiro	15.425.822	41,74	720,67	483,48

¹ Projeção populacional obtida através do Censo 2000/ IBGE

² Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil - Secretaria de Segurança Pública

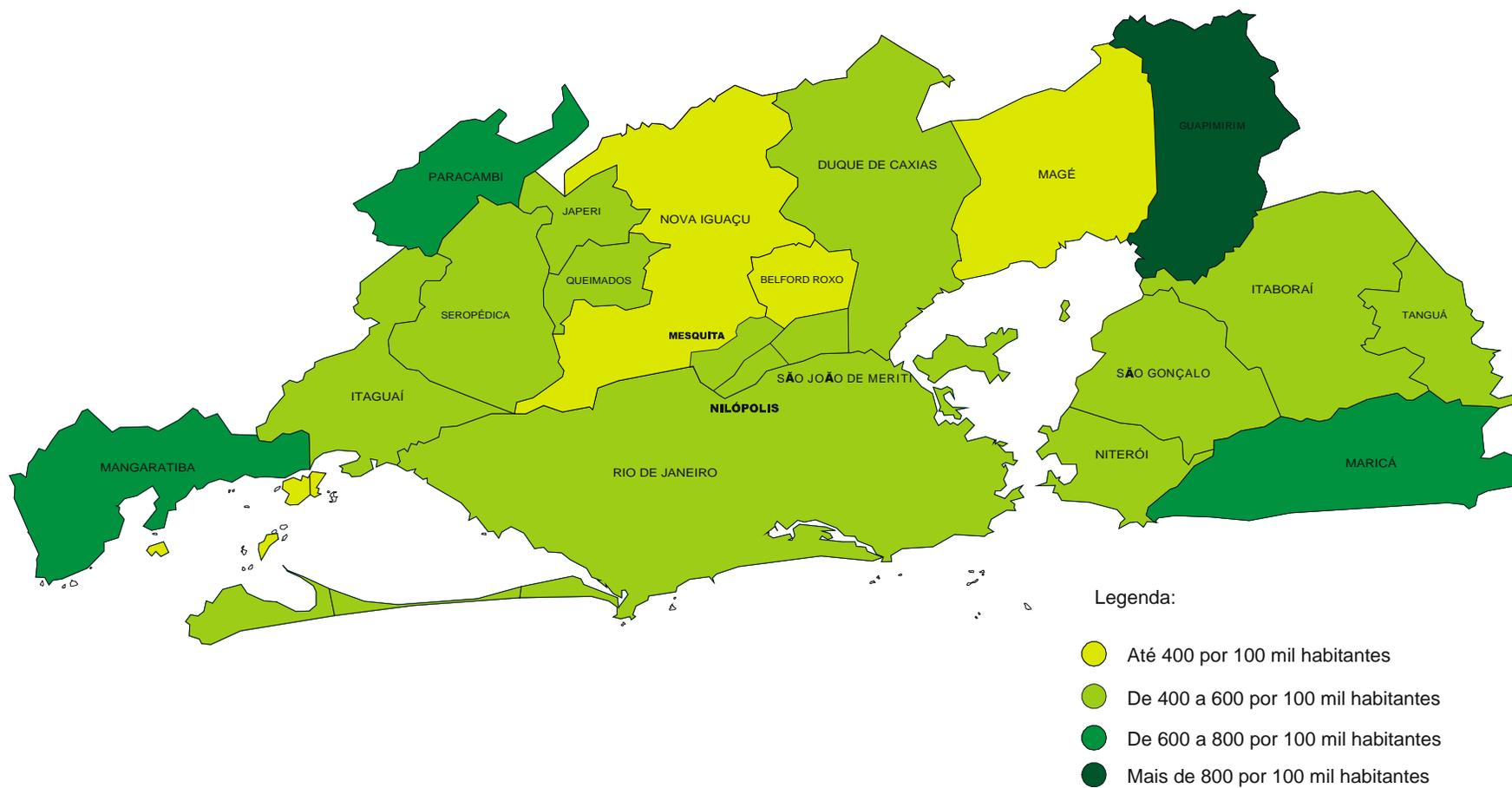
MAPA 2

Total de roubos - taxa por 100.000 hab.
Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2004



MAPA 3

Lesão Corporal Dolosa - taxa por 100.000 hab.
Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2004



Em suma, o problema específico da Baixada Fluminense parece ser a sua altíssima incidência de violência letal e é nesse ponto que as ações do poder público deveriam se concentrar. Por sua vez, a violência não letal, tanto contra a pessoa quanto contra a propriedade, não parecem ser fenômenos que atinjam preferencialmente a Baixada.

Um dos indicadores mais importantes para examinar a atenção do poder público é o número de policiais por habitante. A tabela seguinte mostra essa taxa para os municípios da Região Metropolitana. No entanto, foi preciso agregar vários municípios em função das áreas de delegacias e, sobretudo, de batalhões. Por essa razão, não é possível ter um indicador preciso para cada município.

De qualquer forma, os dados revelam grandes desigualdades geográficas. O município do Rio conta com quase dois policiais para cada 1.000 habitantes, um patamar semelhante ao de Niterói e Maricá, por um lado, e de Magé e Guapimirim, por outro. Do outro lado, a grande maioria dos habitantes da Baixada encontram-se numa situação bem diferente, com uma taxa que é menos da metade do que a do município do Rio. Com efeito, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis apresentam menos de 1 policial para cada 1.000 habitantes, idêntica situação à de São Gonçalo. Por sua vez, São João de Meriti, por um lado, e Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri, por outro, situam-se num patamar intermediário, mas ainda longe dos níveis do Rio e de Niterói.

A conclusão evidente é que o poder público dirige seus recursos de segurança pública preferencialmente para a capital e para alguns outros municípios, como Niterói, enquanto que o policiamento na Baixada é muito mais escasso, a despeito das altas taxas de homicídio observadas. Nesse sentido, a existência de uma única delegacia de homicídios para o conjunto da Baixada, com menos de 40 policiais e pouco mais de 100 inquéritos abertos, não contribui para diminuir os níveis de impunidade que consigam conter a gravidade do problema.

TABELA 4

Número de Policiais para cada 1.000 habitantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro
2004

Municípios	Número de Policiais Militares	Número de Policiais Civis	Número de Policiais (Militares e Civis)	População 2004	Número de Policiais para cada 1.000 habitantes
Duque de Caxias	622	83	705	839.418	0,84
Magé / Guapimirim	505	63	568	274.117	2,07
Niterói / Maricá	778	273	1.051	509.963	2,06
Nova Iguaçu / Mesquita / Belford Roxo / Nilópolis	1.041	239	1.280	1.649.027	0,78
Rio de Janeiro	9.492	2.076	11.568	6.172.467	1,87
São Gonçalo	728	188	916	951.516	0,96
São João de Meriti	477	56	533	464.200	1,15
Seropédica / Itaguaí / Paracambi / Queimados / Japeri	557	142	699	439.836	1,59

De qualquer modo, a presença dos policiais é percebida ao mesmo tempo pelas populações da Baixada como uma necessidade, mas também, às vezes, como um problema, dada a participação de agentes policiais em chacinas contra a população e os indícios de envolvimento de policiais e ex-policiais nos grupos de extermínio.

Infelizmente, não existem registros confiáveis que permitam contabilizar as mortes que são resultado da ação de grupos de extermínio ou aquelas que são produto da ação de policiais. Entretanto, um dos elementos que podem ajudar a explorar a questão do envolvimento dos policiais nos altos índices de homicídio são os chamados “Autos de Resistência”. Essa é a categoria mais usada pela polícia para classificar os casos de mortes de civis pelos agentes, em supostos confrontos armados. No entanto, algumas pesquisas anteriores (Cano, 1997; 1998²³) revelaram que uma parte desses fatos corresponderia, na

²³ Cano, I. Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro. ISER. 1997. Cano, I. Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro: A Atuação da Justiça Militar. ISER. 1999.

verdade, à execuções sumárias. De fato, vários dos policiais acusados de participarem na chacina da Baixada no dia 31 de março de 2005 tinham registrado casos de “autos de resistência” nos últimos tempos e há fortes suspeitas de que muitos desses casos poderiam tratar-se, na verdade, de execuções. Em outras palavras, os autos de resistência poderiam ser uma forma usada por policiais para esconder as execuções relativas a grupos de extermínio, embora não a única, pois em outros casos, especialmente aqueles que envolvem ex-policiais, os cadáveres podem simplesmente ficar na rua sem que os policiais que participaram façam registro algum. Nessas circunstâncias, o mais provável é que o fato seja classificado como um simples homicídio.

A tabela seguinte mostra o número de vítimas fatais registradas como “auto de resistência” pela polícia por município durante o ano de 2004. Como já foi explicado anteriormente, foi preciso agregar vários municípios para poder ter uma estimativa dos policiais civis e militares em cada área.

A primeira conclusão é que, contrariamente ao que poderia se pensar, a incidência desses autos de resistência é muito maior na capital do que nos municípios da Baixada. Isso é verdade tanto em termos absolutos quanto relativos, isto é, em número de vítimas para cada 100.000 habitantes. O segundo município com maior taxa é Niterói, junto com Maricá. E o terceiro valor corresponde à área que inclui Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis.

Um fator que pode estar afetando os resultados é justamente a intensidade da presença policial em cada município, pois caberia esperar mais casos nos lugares em que o número de policiais é maior. Esse é o caso do Rio de Janeiro e de Niterói. Para examinar melhor essa possibilidade, calculamos o número de vítimas para cada 1.000 policiais. Nesse caso, os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis aparecem com uma taxa maior e a capital passa para o segundo lugar, com um valor próximo ao de Duque de Caxias. Em suma, o número de vítimas fatais reconhecidas pela polícia é maior no município do Rio, quando o consideramos em relação à população, mas é maior ou igual na Baixada, quando o colocamos em relação com o contingente policial. Assim, o elevado número de pessoas mortas em intervenções policiais registradas na Baixada é um fato muito preocupante, mas os dados não mostram que se trate de um fenômeno com especial incidência na Baixada, em comparação com a capital.

TABELA 5

Vítimas de Autos de Resistência para cada 100.000 habitantes e para cada 1.000 policiais Região Metropolitana do Rio de Janeiro: 2004

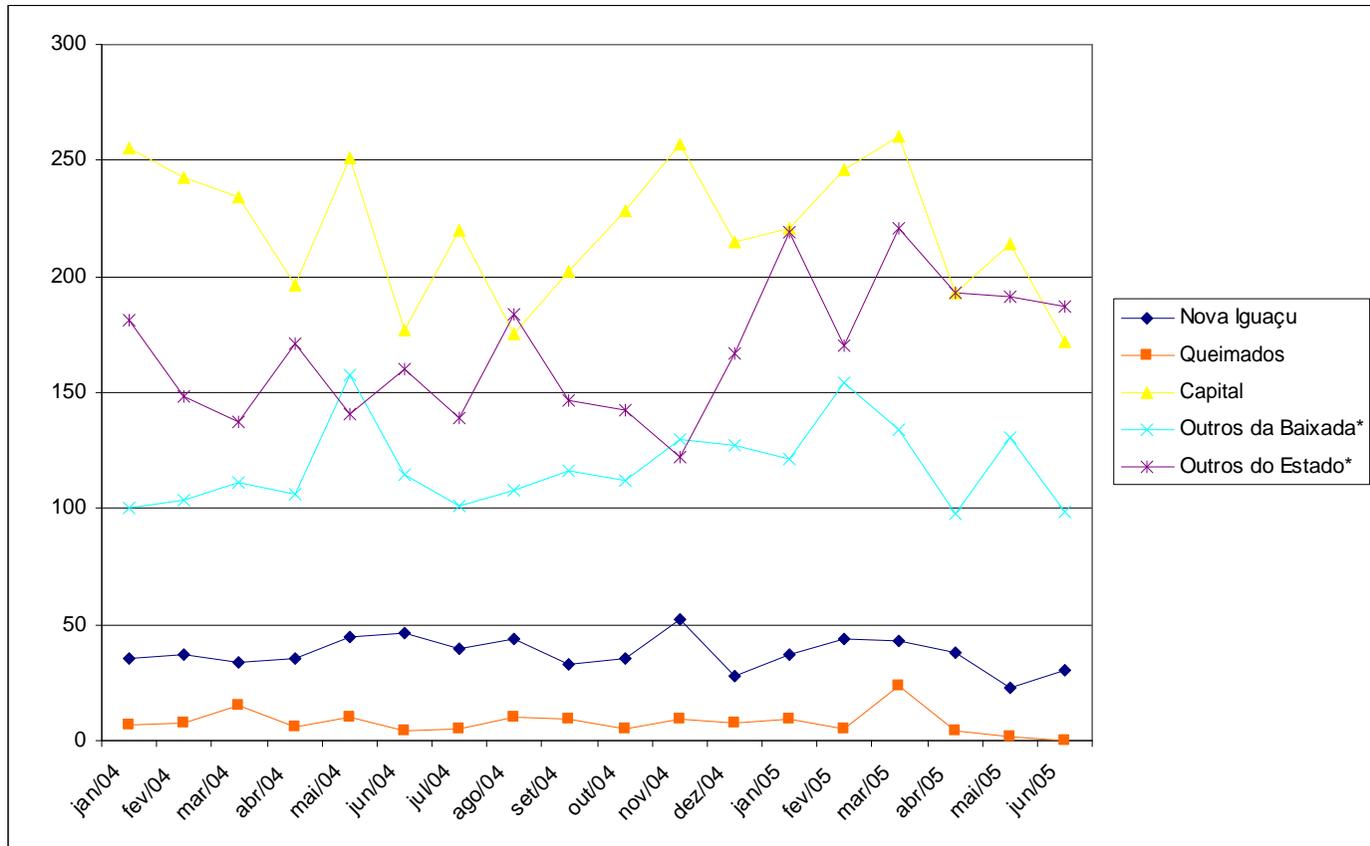
Municípios	Número de Policiais (PM & PC)	População Estimada	Vítimas de Autos de resistência	Vítimas para cada 100.000 hab.	Vítimas para cada 1.000 policiais
Duque de Caxias	705	839.418	38	4,5	53,9
Magé / Guapimirim	568	274.117	4	1,5	7,0
Niterói / Maricá	1.051	509.963	42	8,2	40,0
Nova Iguaçu / Mesquita / Belford Roxo / Nilópolis	1.280	1.649.027	114	6,9	89,1
Rio de Janeiro	11.568	6.172.467	676	11,0	58,4
São Gonçalo	916	951.516	34	3,6	37,1
São João de Meriti	533	464.200	12	2,6	22,5
Seropédica / Itaguaí / Paracambi / Queimados / Japeri	699	439.836	4	0,9	5,7

Um outro dado que sublinha o papel dos grupos de extermínio e dos agentes do estado na violência geral da região é a redução dos homicídios registrados após a prisão, em abril de 2005, dos policiais militares acusados pela chacina de 31 de março. O próximo gráfico mostra o número de homicídios registrados mensalmente em Nova Iguaçu, em Queimados, no resto da Baixada, no município do Rio, e no resto do estado, no período de janeiro de 2004 até junho de 2005. A grande flutuação de um mês para outro dificulta a interpretação dos resultados. Uma conclusão mais clara pode ser extraída da tabela seguinte.

GRÁFICO 2

Número Mensal de Homicídios Dolosos Registrados, por Região

Jan 2004-Junho 2005



No trimestre de abril a junho de 2005, o número de homicídios registrados nas delegacias de Nova Iguaçu e Queimados caiu 26% em relação ao trimestre de dezembro de 2004 a fevereiro de 2005²⁴. O efeito foi particularmente marcado em Queimados, onde apenas 6 homicídios foram contabilizados no trimestre. Nesse mesmo período, a queda no resto da Baixada foi de 18%, na capital de 15%, enquanto que no resto dos municípios do estado houve um aumento de 3%. Em outras palavras, houve uma queda significativa nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, onde o grupo de policiais militares presos é acusado de fazer parte do grupo de extermínio local. A redução dos homicídios foi menor

²⁴ O mês de Março foi desconsiderado justamente para evitar o efeito da própria chacina nessa comparação.

no resto da Baixada e ainda menor na capital, sendo que os outros municípios do estado experimentaram um aumento.

Entretanto, essa comparação de trimestres sucessivos pode estar sendo influenciada por problemas de sazonalidade, já que o número de homicídios varia, sabidamente, em função do período do ano. Para reduzir esse problema, comparamos também o trimestre de abril a junho de 2005 com o mesmo período do ano anterior. Nessa comparação dos mesmos meses, a redução dos homicídios de Queimados e Nova Iguaçu atinge 33%, bem superior à diminuição experimentada nos outros municípios da Baixada (13%) ou na capital (7%). Os outros municípios do estado sofreram um aumento de 21%.

TABELA 6
Número de Homicídios Dolosos registrados trimestralmente nas delegacias,
por município

Área	Dez03- Fev04	Abr- Jun/04	Dez04- Fev05	Abr- Jun/05	Incremento no período Abr-Jun/05 em relação a Dez-Fev04, em %	Incremento no período Abr-Jun/05 em relação a Abr- Jun04, em %
Queimados e Nova Iguaçu	160	146	131	97	-26%	-33%
Outros Municípios da Baixada*	328	379	402	328	-18%	-13%
Capital	706	624	682	579	-15%	-7%
Outros Municípios do Estado	513	472	556	571	+3%	+21%
TOTAL ESTADO	1867	1767	1902	1672	-12%	-5%

(*) Fonte: Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, com base nos Registros de Ocorrência da Polícia Civil.

Assim, os dados parecem confirmar de forma clara que a prisão dos acusados de fazer parte do grupo de extermínio reduziu significativamente os homicídios nos municípios onde eles supostamente atuavam, em comparação com o resto da Baixada e com o município do Rio. A diminuição é tão significativa que compensa, em termos quantitativos, o número de vítimas da própria chacina. Dessa forma, não é aventurado supor que a ação

rápida do estado em decorrência das vítimas do dia 31 de março pode ter poupado a vida de muitas outras.

Esse resultado reforça a idéia do impacto que o controle da violência exercida pelos próprios agentes do estado pode supor na redução da violência geral. Em particular, enfatiza a importância que a desarticulação dos grupos de extermínio na Baixada possui para poder reduzir o diferencial de violência letal que assola essa região.

É possível que essa queda dos homicídios seja devida não apenas a que pessoas que poderiam fazer parte dos grupos de extermínio locais tenham sido presas, mas também a que os integrantes de outros grupos de extermínio podem estar agindo de forma mais limitada em função da reação do estado à chacina do dia 31 de março. Nesse sentido, é crucial que o estado continue fazendo um esforço para dismantelar os diferentes grupos de extermínio na Baixada pois, caso contrário, eles voltarão a atuar nos níveis habituais.

Conclusão

A Baixada Fluminense apresenta um índice elevadíssimo de homicídios, inclusive em comparação com a capital e com o resto da região metropolitana, cujos valores já são dramáticos. Isto condiz com a percepção da Baixada como um lugar violento, açoitado pelo efeito dos grupos de extermínio e da violência política. Esse diferencial negativo em termos de violência letal na Baixada acontece, no mínimo, desde os anos oitenta.

Por sua vez, a violência não letal, operacionalizada pela taxa de lesões, está no mesmo patamar do que o resto da região metropolitana, enquanto que os crimes violentos contra o patrimônio, os roubos, apresentam uma incidência menor na Baixada do que na capital ou Niterói. Esse último resultado não é surpreendente, visto que os crimes contra a propriedade costumam afetar mais as regiões mais ricas, como seria o caso do Rio e Niterói, e menos áreas de renda mais reduzida, como é o caso da Baixada.

Apesar da alta incidência de violência letal na Baixada, o poder público dedica a ela uma atenção menor em termos de segurança pública, preferindo concentrar os agentes policiais na capital e em alguns outros municípios. O contingente policial na Baixada está claramente abaixo do que seria esperável em termos de população.

O número de pessoas registradas oficialmente como mortas pela polícia na Baixada Fluminense é muito alto, mas os dados não revelam que o problema seja necessariamente maior do que na capital.

Por outro lado, o número de homicídios em Nova Iguaçu e, sobretudo, em Queimados diminuiu significativamente no trimestre seguinte à prisão dos policiais militares acusados pela chacina de 31 de março, o que sublinha a importância do controle dos próprios agentes do estado e da desarticulação dos grupos de extermínio para reduzir os homicídios na região a patamares menos dramáticos. Mas se não houver continuidade nesse esforço, as cifras poderão voltar a aumentar.

Os cidadãos da Baixada têm o direito de exigir do poder público uma reação que interrompa essa máquina de matar que atua impunemente na região, investindo maciçamente na prevenção e na repressão dos assassinatos. A reação do Estado não pode estar limitada a eventos pontuais, como as chacinas, em que algumas das vítimas que corriqueiramente acontecem na região estão simplesmente concentradas no tempo e no espaço. O primeiro passo é que as autoridades, a imprensa e a própria sociedade tomem consciência da gravidade do problema, deixando a indiferença de lado. A indiferença é o principal combustível da impunidade.

MÍDIA E VIOLÊNCIA

COMO OS JORNAIS RETRATAM A VIOLÊNCIA E A SEGURANÇA PÚBLICA NA BAIXADA FLUMINENSE

CESeC*

A pesquisa mídia e violência

O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes acompanhou, durante cinco meses (maio a setembro de 2004), a produção jornalística sobre violência e segurança pública de nove jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais: *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*; *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Agora São Paulo*; *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*. Utilizando uma técnica de amostragem estatística (semana composta), foram analisadas em profundidade 2514 matérias (incluindo reportagens, editoriais, artigos de opinião e notas) entre as mais de dez mil produzidas por esses jornais no período.²⁵

A invisibilidade da Baixada Fluminense no noticiário

A despeito do fato de que quase a metade (48,2%) das notícias publicadas por todos os jornais analisados tem como foco geográfico o Estado do Rio de Janeiro, apenas 5,4% delas referem-se a municípios da Baixada Fluminense. Ou seja, das 1.213 notícias sobre o Rio, apenas 66 são sobre fatos ocorridos na Baixada. Como se vê na tabela abaixo, os assuntos em foco nas notícias sobre a Baixada também são desproporcionais em relação à distribuição geral das notícias sobre o Rio. Enquanto no noticiário em geral o foco principal

²⁵ A pesquisa foi coordenada por Silvia Ramos e Anabela Paiva. O relatório completo da investigação encontra-se no site do CESeC: www.ucamcesec.com.br

recai sobre as forças de segurança (polícia militar, polícia civil, forças armadas e guardas municipais), no caso da Baixada a maioria das notícias refere-se a atos violentos.

Tabela 1 - Matérias segundo foco central da notícia

Foco central da notícia	RJ	Baixada	Baixada/ RJ (*)
Forças de segurança (Polícia Militar, Civil, Federal, FA e GM)	529	23	4,3%
Ato violento/ Criminoso	251	28	11,2%
Repercussões do ato violento/ criminoso	186	14	7,5%
Sistema penitenciário	91	0	0
Fenômenos da Violência (causas e soluções)	41	0	0
Políticas de segurança pública	37	0	0
Judiciário/ Ministério Público/ Legislação	27	1	3,7%
Sociedade civil/ Direitos Humanos/ Campanhas	26	0	0
Perfil	13	0	0
Estatísticas/ Pesquisas	10	0	0
Questões do setor privado (segurança privada)	2	0	0
Total	1213	66	5,4%

(*) A coluna de percentual não é uma soma. Trata-se da proporção de notícias sobre a Baixada Fluminense em relação às notícias sobre o Rio de Janeiro.

Os jornais têm cumprido um importante papel, especialmente no Rio de Janeiro, de controle externo da polícia, ao denunciar casos de violência policial, corrupção e abuso de poder. É o que se observa quando as notícias são sobre as forças de segurança. Considerando todas as matérias cujo foco central são as polícias, observa-se que – embora a maioria das notícias (56%) seja sobre ações policiais –, uma parcela significativa de 21,5% refere-se a crimes cometidos pelas polícias. No caso da Baixada, 65,2% das matérias sobre polícia noticiam ações policiais e 30,5% referem-se a crimes cometidos pelas polícias. Ainda que o número absoluto (apenas sete matérias) sobre crimes cometidos pelas polícias seja pequeno, a amostra indica uma tendência importante, mostrando que também nessa região a imprensa cumpre o papel de fiscalizar as ações das forças de segurança.

Tabela 2 - Matérias segundo tipo de notícias sobre Forças de Segurança

Notícias sobre Forças de segurança (polícias)	RJ	%	Baixada	%
Ação Policial	296	56,0%	15	65,2%
Crimes cometidos pelas forças	114	21,5%	7	30,5%
Crimes cometidos contra as forças	69	13,0%	1	4,3%
Questões corporativas	21	3,9%	-	-
Uso das FFAA	13	2,4%	-	-
Outros	12	2,2%	-	-
Desarmamento	4	0,7%	-	-
Total	529	100%	23	100%

Chama a *atenção*, por outro lado, a absoluta ausência de matérias sobre políticas de segurança, sociedade civil, campanhas e protestos, direitos humanos, estatísticas e pesquisas.

Os jornais: "venda em banca" ou "formadores de opinião"

Quando considerados os veículos que mais abordam fatos ocorridos na Baixada, o destaque é o jornal *O Dia*, com quase 60% das matérias. *O Globo* vem em segundo lugar, com 22,7%. *O Jornal do Brasil* situa-se no outro extremo, com apenas duas matérias durante os cinco meses analisados, ficando atrás até mesmo de um jornal de São Paulo e um de Minas Gerais. Se as notícias sobre a Baixada já são em número reduzido no noticiário geral, pode-se dizer que nos jornais formadores de opinião elas são ainda mais escassas. Considerando que a importância da mídia impressa reside na sua capacidade de agendar políticas públicas e criar pressão através de mobilização de lideranças da sociedade – e que essa tarefa é cumprida especialmente pelos grandes jornais – preocupa ainda mais o fato de que as reduzidas notícias sobre a Baixada concentrem-se tão fortemente em um veículo que se caracteriza por seu perfil de venda em banca. Acrescente-se à menor capacidade de agendamento de políticas públicas, o fato de que, de modo geral, o tratamento da notícia pelos jornais baseados em venda em banca (algumas vezes chamados “populares”) tende a ser menos qualificado que o tratamento dos veículos formadores de opinião. Características como referências a mais de uma fonte, presença de quadros e

boxes, histórico, dados estatísticos e opiniões de especialistas, tudo isso ajuda o leitor a entender e a dimensionar a informação e não apenas a considerá-la *mais uma tragédia*, que tende a ser tão mais “naturalizada” e “banalizada” quanto menor, mais solta e mais descontextualizada é a notícia.

Tabela 3 - Matérias sobre a Baixada segundo os jornais

Jornais	Nº de matérias	%
O Dia	39	59,1%
O Globo	15	22,7%
Folha de São Paulo	3	4,5%
Diário da Tarde	3	4,5%
O Estado de São Paulo	2	3,0%
Agora São Paulo	2	3,0%
Jornal do Brasil	2	3,0%
Total	66	100%

Estigmatização x omissão: "a dor da gente não sai no jornal"

Quando são considerados os municípios aos quais as notícias se referem, observa-se uma distribuição que não corresponde nem à população dos municípios nem à gravidade da problemática da violência e da segurança pública em cada localidade. Diversos municípios da Baixada não foram objeto de uma única notícia publicada sobre o tema durante os cinco meses na amostra analisada.

Tabela 4 - Matérias publicadas segundo os municípios da Baixada, população residente e taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Municípios da Baixada Fluminense	Nº de matérias publicadas nos jornais	População residente 2002	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (*)
Belford Roxo	20	456.559	84,69
Duque de Caxias	19	806.133	78,25
Nova Iguaçu	13	791.096	74,75
São João de Meriti	6	456.701	74,52
Nilópolis	5	152.595	74,33
Mesquita	2	173.801	62,56
Japeri	1	88.544	72,56
Guapimirim	0	40.205	69,61
Itaguaí	0	88.428	107,29
Magé	0	218.051	55,65
Paracambi	0	40.950	39,16
Queimados	0	128.950	68,17
Seropédica	0	70.373	75,67
Baixada Fluminense	66	3.512.386	74,84

(*) Dados do SUS para o ano de 2002.

A forte presença de Belford Roxo no noticiário aparentemente deve-se não só à existência de casos que chamaram a atenção de diversos órgãos de imprensa no período (perseguição de esturador; encontro dos corpos de três jovens cujos assassinos seriam policiais; assassinato de um jovem de 16 anos por um adolescente de 14 anos dentro de uma escola), mas também ao uso sistemático de policiais da 54ª DP (Belford Roxo) como fontes jornalísticas, especialmente pelo jornal *O Dia*.

Quando são tomados os títulos das 66 notícias sobre a Baixada, verifica-se que em 13 casos (20%) o nome “Baixada” ou o nome do município ou do bairro encontra-se na

chamada das matérias (por exemplo, “Dois mortos em festa de igreja em Baixada”, *O Dia*, 18/05/04; “Adolescente achado morto em Japeri”, *O Dia*, 31/05/04; “Jovem é assassinado em Nova Campina”, *JB*, 14/06/04; “Maníaco de Belford Roxo pára na cadeia”, *O Dia*, 29/06/04; “Achados corpos de três jovens na Baixada”, *FSP*, 28/07/04; “PMs de Caxias são acusados de mais um crime”, *O Globo*, 28/07/04; “Polícia prende falso dentista em Xerém”, *O Dia*, 28/07/04; “Tiroteio em Nova Iguaçu”, *O Dia*, 08/09/04.).

É verdade que notícias de crimes e tragédias tendem a estigmatizar áreas das cidades, quando as associa sistematicamente a eventos que se repetem, aparentemente sem solução, como se fossem a confirmação infinita de uma violência “natural” destes locais, sem que os jornais acompanhem seus desdobramentos de forma séria e eficiente. No entanto, não é o “exagero”, mas o silêncio que parece predominar na relação entre os problemas de criminalidade e segurança pública de municípios da Baixada Fluminense (como de resto em outras áreas pobres do estado e da cidade do Rio de Janeiro) e os jornais, especialmente os formadores de opinião, lidos pelas elites dirigentes e pelas classes médias e abastadas. É como se “violência na Baixada” não fosse um “problema do Rio”, mas uma “mazela da Baixada”. Em outras palavras, a letra do samba *Notícia de Jornal*, de Haroldo Barbosa e Luiz Reis, expressa bem o sentimento de muitos moradores afastados das áreas ricas sobre o silêncio e a indiferença acerca da violência cotidiana que testemunham.

O fato é que autoridades de segurança são pressionadas a tomar medidas eficazes quando grandes órgãos de comunicação focalizam um problema com editoriais, artigos e matérias investigativas, ouvindo fontes diversas, fornecendo dados estatísticos e levantamentos históricos. Como ocorreu, por exemplo, no caso Tim Lopes e no início da cobertura sobre a chacina ocorrida em Nova Iguaçu e Queimados em 2005. Os governos não sofrem a mesma pressão quando predomina o jornalismo factual, curto e descuidado, em que o crime do dia é substituído pelo do crime do dia seguinte e as notícias têm como fonte quase exclusiva policiais que atuam nas delegacias e batalhões da área. A despeito dos seus vários avanços, as imprensas fluminense e brasileira estão devendo ainda uma cobertura abundante, proativa e qualificada para os problemas de violência e segurança pública da Baixada Fluminense.

Violência policial e impunidade

Justiça Global

O caso conhecido como “Chacina da Baixada” traz perplexidade tanto pela brutalidade com a qual aquelas pessoas foram executadas, quanto pela morosidade em se elucidar o crime e reparar os familiares. Conforme desabafo de um morador do município de Queimados, “... Esse caso só chamou a atenção porque foram todos na mesma noite”. O número de vítimas – 29 – e o curto período de tempo – menos de duas horas – levaram à uma grande comoção pública.

Mas esse caso não foi o único. A seguir, relatamos alguns que julgamos se assemelhar ao episódio que deu motivo ao presente relatório. Também são vidas ceifadas, famílias abandonadas, que guardam entre si algumas diferenças e muitas semelhanças. E retratam que as causas e motivos de tanta violência – insuficiência ou precariedade da presença do poder público, raízes culturais de resolução de conflitos através da violência (o “atirar primeiro, perguntar depois”), discriminação contra populações marginalizadas, invisibilidade dessas regiões, etc – são os mesmos.

As investigações, os efeitos, e, conseqüentemente, os destinos dos diferentes casos variam. Temos situações em que as instituições de investigação e denúncia funcionam, mas o processo permanece estagnado, devido à ineficácia do Poder Judiciário. Em outras situações, os agentes públicos acusados escoram-se no chamado “auto de resistência”, e assim trocam de papel, tornando os algozes vítimas. São comuns também alguns fatos graves que revelam o descaso de agentes estatais para a resolução dos crimes, impossibilitando ou dificultando a resolução dos mesmos, como o “desaparecimento” da arma do crime.

Estes são apenas alguns casos, que costumamos chamar de exemplares, não por se tratarem dos únicos ou com maior importância. Mas certamente por serem símbolos do descaso que caracterizam o quadro de impunidade que queremos evitar como particularidade das ações de órgãos estatais – polícia, Ministério Público e Poder Judiciário e por mostrarem que violência, exclusão e impunidade não se restringem à Baixada Fluminense.

Morro do Borel, Rio de Janeiro

Vítimas: Carlos Magno de Oliveira Nascimento, Tiago da Costa Correia, Carlos Alberto da Silva Ferreira e Everson Gonçalves Silote.

Em 17 de abril de 2003, entre 18h00 e 19h00, uma operação que contou com a participação de 16 policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM), na comunidade do Borel, no Rio de Janeiro, resultou na morte de quatro moradores. Embora a versão oficial da polícia tenha sido a de que os mortos eram traficantes locais e que estariam trocando tiros com os policiais, nenhum dos quatro tinha antecedentes criminais, três deles trabalhavam e um era estudante.²⁶

Carlos Magno de Oliveira Nascimento²⁷ tinha 18 anos de idade e residia na Suíça, onde estudava. Ele encontrava-se no Brasil passando férias com a avó. No final da tarde do dia 17, dirigiu-se a uma barbearia onde foi cortar o cabelo com o amigo de infância Tiago da Costa Correia²⁸, 19 anos, técnico em manutenção de máquinas a vácuo.

Na saída da barbearia, Magno e Tiago não tiveram sequer tempo de entender o que ocorria. Eles foram avistados por policiais militares que se encontravam em cima de uma casa e foram instantaneamente alvejados. Magno morreu na hora. Tiago, porém, agonizava no chão, alertando aos gritos que era trabalhador e necessitava de atendimento médico. Os policiais mantiveram-se alheios ao seu pedido até que morresse.²⁹

Carlos Alberto da Silva Ferreira³⁰, 21 anos, tinha três empregos: era pintor, pedreiro e, em épocas de carnaval, fazia armação de carros alegóricos. No dia 17, encontrava-se de

²⁶ “*PMs acusados de matar 4 no Borel*”, O Globo, 09/05/03. O subcomandante do 6º BPM, tenente-coronel José Luiz Nepomuceno, informou à imprensa que os mortos faziam parte de uma quadrilha de traficantes, e que teria sido apreendido com eles drogas, armas e munição.

²⁷ Carlos Magno morreu com seis tiros, dentre os quais três pelas costas (cabeça, braço direito e região escapular esquerda), três tiros pela frente (ombro esquerdo, bacia, clavícula). Laudo cadavérico 26258/2003 – IML.

²⁸ Tiago levou cinco tiros, quatro pela frente e um pelas costas (região dorsal direita). Laudo cadavérico n.º 2659/2003 – IML. O laudo ainda atesta uma “alta energia cinética” na saída dos projéteis, o que demonstra que alguns dos disparos foram efetuados à “queima roupa”. Tiago não morreu instantaneamente. Agonizou por cerca de meia hora, tendo os policiais impedido seu socorro. O fato pôde ser confirmado pela testemunha Pedro da Silva Rodrigues, uma vez que o mesmo encontrava-se baleado, escondido e ciente do que se passava a sua volta. Pedro contou que ouviu Tiago clamar por socorro médico, no que foi respondido por um dos policiais que o mesmo era “bandido” e que iria morrer. Ver “*Sobrevivente vira testemunha*”, O Dia, 19/05/03.

²⁹ “*Encontro com a morte*”, O Dia, 18/05/03.

³⁰ Carlos Alberto sofreu 12 disparos, 7 deles pelas costas, além de fratura no antebraço e no fêmur. É importante salientar que cinco dos disparos atingiram seu braço direito e mãos direita e esquerda – o que demonstra que Carlos tentava se defender dos tiros efetuados contra ele. O laudo também aponta para uma

folga e jogava futebol em um campo da comunidade. Na volta, resolveu passar na barbearia, quando se deparou com o tiroteio e correu. Uma bala de fuzil acertou em cheio sua cabeça.

Everson Gonçalves Silote, 26 anos, era taxista e havia passado todo o dia nas unidades do DETRAN da Tijuca e São Cristóvão a fim de regularizar seu automóvel. Na volta estacionou seu carro em uma das ruas próximas, pois o acesso estava fechado pela polícia. Ele voltava à pé quando foi abordado, tentou se identificar, mas recebeu um golpe que quebrou seu braço direito. Ele foi executado antes mesmo que pudesse mostrar seus documentos.³¹

A ocorrência foi apresentada na delegacia de Polícia pelos próprios policiais militares que participaram da operação³². A versão apresentada pelos milicianos foi de que houve intensa troca de tiros com traficantes da localidade, caracterizando o que se convencionou chamar de “auto de resistência”, isto é, o registro formal do fato na delegacia, mas sem a lavratura da prisão em flagrante dos policiais militares.

Inúmeras providências investigativas foram realizadas pelo delegado de polícia responsável pelo caso, tais como a inquirição de várias testemunhas e dos policiais militares que participaram da operação, realização de reconstituição do fato no local dos acontecimentos, exames de corpo de delito, perícia técnica de confronto balístico entre os projéteis encontrados nos corpos das vítimas e as armas usadas pelos milicianos, reconhecimento de pessoas etc. Segundo os familiares das vítimas, o delegado Orlando Zaconne agiu sempre com muito respeito e eficiência junto ao caso.

Encerradas as investigações policiais com a firmação da autoria e materialidade do delito, o Ministério Público oferece denúncia em face dos acusados, imputando-lhes a prática de determinada infração penal.

A denúncia do Caso Borel foi oferecida pelo Ministério Público oito meses após a chacina, mais precisamente no dia 08/12/03, perante o II Tribunal do Júri da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. A imputação criminosa atribuída a cinco policiais militares

“alta energia cinética” na saída dos projéteis, o que confirma a tese dos disparos a curta distância. Laudo cadavérico n.º 2657/2003, IML.

³¹Everson levou cinco tiros, um pelas costas (próximo à coluna cervical), 4 pela frente (dois em regiões vitais: cabeça e coração). Laudo IML n. 2660/2003.

³²Inquérito policial n 1633/2003 – 19ª-Delegacia Policial.

refere-se à prática de quatro crimes de homicídio qualificado (vítimas Carlos Magno, Tiago, Carlos Alberto e Everson) e quatro crimes de tentativa de homicídio qualificado (vítimas Leandro e Pedro). A pena prevista para crime de homicídio qualificado varia entre 12 e 30 anos de reclusão em regime integralmente fechado.

Por ocasião do oferecimento da denúncia, o Ministério Público requereu ao juiz a decretação da prisão preventiva de todos os acusados, para que respondessem presos às respectivas acusações. Em 12/12/03, o juiz presidente do II Tribunal do Júri recebeu a denúncia ofertada contra os policiais militares³³, dando início ao processo criminal na justiça. Neste mesmo ato de recebimento da denúncia o juiz decretou as prisões preventivas de todos os acusados, expedindo os mandados de prisão.

A competência para o processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, ou seja, crime praticado com vontade e intenção de matar alguém, como é o caso do delito de homicídio, é afeta ao Tribunal do Júri por determinação da Constituição da República Federativa do Brasil.

No Caso Borel o Ministério Público requereu a pronúncia de todos os acusados, postulando o julgamento deles pelo Conselho de Sentença. Já as Defesas dos réus requereram a impronúncia de seus clientes.

A sentença de pronúncia, como dito, é a decisão do juiz que julga admissível a acusação formulada contra os acusados e determina o julgamento deles pelo Conselho de Sentença.

No dia 27.07.04 foi proferida a sentença de pronúncia pelo juiz do II Tribunal do Júri, visto a apresentação dos requisitos-prova da materialidade dos crimes e indícios de autoria, aceitando toda as acusações formuladas contra os acusados e mantendo, ainda, a prisão de todos eles.

O Código de Processo Penal prevê o recurso em sentido estrito como o meio processual hábil a combater a sentença de pronúncia. Trata-se de recurso dirigido ao Tribunal de Justiça, órgão de segundo grau que pode, julgando o recurso, manter a decisão de pronúncia, impronunciar os acusados ou, ainda, absolvê-los em razão de estarem presentes os requisitos da legítima defesa.

³³ Processo número 2003.001.148150-4.

Todos os cinco policiais militares interpueram o recurso em sentido estrito. Com tal recurso evita-se a submissão dos réus ao julgamento popular até que o Tribunal de Justiça decida acerca dos recursos.

O recurso em sentido estrito foi encaminhado para a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça sob o nº 2005.051.00048 e julgado no dia 21.06.05. As razões do recurso não foram aceitas pelo Tribunal, que o rejeitou e manteve a decisão de pronúncia do juiz do II Tribunal do Júri. Significa dizer que os acusados serão julgados pelo Conselho de Sentença.

Aqui devemos fazer duas observações: A primeira é de que o recurso do acusado Sidnei Pereira Barreto sequer chegou ao Tribunal de Justiça porque foi interposto fora do prazo previsto em lei. Por essa razão é que este acusado foi o primeiro a ser julgado pelo Conselho de Sentença. A segunda observação é de que o acusado Rodrigo Lavandeira Pereira desistiu do recurso em sentido estrito que havia manejado. E é por este motivo que este acusado também já foi julgado pelo Tribunal Popular (júri).

Assim, a decisão da Quinta Câmara Criminal³⁴ só atinge aos acusados Marcos Duarte Ramalho, Washington Luiz de Oliveira Avelino e Paulo Marco da Silva Emílio, que ainda serão, portanto, submetidos a julgamento pelos jurados.

O primeiro acusado a ser julgado pelo Conselho de Sentença foi Sidnei Pereira Barreto. Como o recurso que interpôs não foi aceito por ter sido fora do prazo legal, o Ministério Público ofereceu contra ele o libelo crime acusatório, que é a peça processual que contém a acusação de forma detalhada a ser apresentada na sessão plenária.

A sessão de julgamento do acusado Sidnei iniciou-se em 27.10.04 (menos de um ano após o início do processo na justiça) e terminou no dia seguinte. Dos sete jurados que integravam o Conselho de Sentença, quatro aceitaram a tese de defesa de negativa de autoria e absolveram o acusado de todos os crimes. Por força desta decisão, o acusado Sidnei foi colocado em liberdade. Os outros três jurados proferiram decisão condenando o acusado Sidnei.

O acusado Rodrigo Lavandeira Pereira, apesar de ter interposto recurso em sentido estrito contra a decisão de pronúncia, desistiu da impugnação. Com isso, seu recurso não

³⁴ Recurso número 2005.051.00048.

foi ao Tribunal de Justiça e permitiu que o Ministério Público oferecesse contra ele o libelo crime acusatório.

No dia 14.02.05 foi julgado pelo Tribunal do Júri o acusado Rodrigo Lavanderira Pereira, oficial da Polícia Militar que comandava a operação policial no morro do Borel. A sessão plenária durou 24 horas e terminou com a sua absolvição: também por apertada maioria (quatro votos) o Conselho de Sentença acatou a tese de defesa e absolveu o acusado. A exemplo do réu Sidnei, Rodrigo foi posto em liberdade.

O Ministério Público interpôs recurso de apelação contra a decisão do Conselho de Sentença que absolveu os acusados Sidnei Pereira Barreto e Rodrigo Lavandeira Pereira.

Os recursos³⁵ estão em trâmite na Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. Caso sejam aceitas as razões do Ministério Público e da Assistência de Acusação, os dois acusados serão novamente julgados pelo Conselho de Sentença do II Tribunal do Júri. Na hipótese contrária, eles estarão definitivamente absolvidos.

O julgamento destes recursos deve acontecer em breve, já que praticamente todos os caminhos do recurso no tribunal já foram trilhados. Mas ainda não há data marcada para o julgamento dos recursos.

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública³⁶ ajuizou ação de responsabilidade por danos materiais e morais contra o Estado do Rio de Janeiro buscando reparação em favor dos familiares de Tiago Correia (mãe, pai e irmão). Esta ação está em curso na 4ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

³⁵ Há dois números distintos para cada um: 2005.050.01415 – Recurso contra a decisão que absolveu Sidnei Pereira Barreto, 2005.050.01909 – Recurso contra a decisão que absolveu Rodrigo Lavandeira Pereira.

³⁶ O Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro atuou como assistente de acusação representando familiares de duas vítimas da chacina do Borel: Carlos Magno e Tiago Correia.

São João do Meriti, Rio de Janeiro

Vítimas: Geraldo Sant'anna de Azevedo Júnior, Bruno Muniz Paulino e os irmãos Rafael e Renan Medina Paulino, 06/12/03.

Rafael e Renan Medina Paulino, 18 e 13 anos, Bruno Muniz Paulino, 20 anos, e Geraldo Sant'anna, 21 anos, moravam no Jardim Santo Antônio, no bairro de Guadalupe, no estado do Rio de Janeiro. Eram amigos de infância. Bruno, filho único, era universitário, cursava Matemática. Seus primos Rafael e Renan ainda estavam na escola. Aquela foi a primeira vez que a família permitiu que o mais novo, Renan, saísse à noite com o irmão mais velho. Geraldo Sant'anna era soldado do exército e exercia a função de motorista do Comandante do 2º Batalhão de Infantaria e, nas horas vagas, animava festas infantis no bairro em que morava³⁷.

No dia cinco de dezembro de 2003, os amigos foram juntos a um show na casa noturna “Via Show” na Baixada Fluminense. Na madrugada do dia seis de dezembro, os rapazes foram vistos pela última vez por um amigo, Wallace Lima, que também estava na casa de shows. Ele afirmou tê-los visto por volta das 04:40h no estacionamento do local³⁸. Depois desse momento, os rapazes não foram mais vistos com vida.

Uma denúncia anônima ajudou a polícia a encontrar, na madrugada do dia nove de dezembro de 2003, os corpos dos quatro garotos que estavam desaparecidos desde a madrugada do sábado, dia seis de dezembro, quando saíam do Via Show. Os corpos estavam dentro de um poço, em uma fazenda abandonada, conhecida como Morambi, na localidade de Imbariê, distrito de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.³⁹

Segundo o delegado Renato Soares Vieira, da 62ª Delegacia Policial, as vítimas apresentavam marcas de tiro, principalmente na cabeça, com pelo menos três tiros cada um, o que revela um forte indício de que os rapazes tenham sido vítimas de uma execução sumária⁴⁰. Pelo avançado estado de decomposição dos corpos, foi possível constatar que os

³⁷ “Os rapazes eram amigos de infância”, *O Globo*, 06/12/03.

³⁸ “Policiais suspeitos de matança”, *O Dia*, 10/12/2003.

³⁹ “Amiga de jovens mortos suspeita de seguranças de casa de show”, *Tribuna da Imprensa* on-line, 10/12/2003.

⁴⁰ *Idem*.

jovens haviam sido mortos há pelo menos dois dias antes de serem encontrados. Havia sinais de tortura e as cabeças dos rapazes estavam destruídas por tiros de fuzil⁴¹.

O caso foi transferido para a delegacia de homicídios da Baixada, ficando sob responsabilidade do delegado Herold Spíndola Filho. A linha de investigação⁴² seguida pela polícia afirma que uma das vítimas, o soldado do exército Geraldo Sant'anna, teria furtado o carro⁴³ de um dos policiais que fazia a segurança na casa de shows e, por isso, teria sido abordado pelos seguranças que pediram reforços a outros policiais que estavam de serviço⁴⁴.

Segundo a família⁴⁵, Geraldo teria tentado se identificar e apontou para os outros três rapazes, afirmando que teria ido ao Via Show com os amigos apenas para se divertir. Os policiais então teriam capturado os quatro jovens e, ao invés de conduzi-los à delegacia para averiguações, teriam levado os rapazes para a fazenda Morambi, onde os executaram.

Em dois de março de 2004, oito soldados e um sargento da Polícia Militar tiveram a prisão temporária decretada por suspeita de envolvimento na morte dos quatro rapazes. Foi confirmado que quatro, dos nove policiais presos, trabalhavam como segurança da casa noturna Via Show e os outros cinco estavam em serviço próximo ao local⁴⁶. Entretanto, em 15 de abril de 2004, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro revogou as prisões temporárias de todos, concedendo aos acusados o direito de responder ao processo em liberdade⁴⁷.

Em 31 de julho de 2004 a promotora, Márcia Colonose, do Ministério Público de Duque de Caxias, ofereceu a denúncia ao Juiz da 4ª Vara Criminal de Caxias, Paulo César Vieira de Carvalho, que acatou o pedido. Os policiais denunciados são: o capitão Ronald Paulo Alves, os soldados Gilberto Ferreira de Paiva, Luiz Carlos de Almeida, Vagner Luís

⁴¹ “Policiais suspeitos de matança”, jornal *O Dia*, 10/12/2003.

⁴² Inquérito policial, *IP n° 77/03*. Informação fornecida pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos à equipe do Centro de Justiça Global, no dia 08/07/04.

⁴³ Um veículo modelo Kadett, cor vinho, que pertencia ao soldado Henrique Vitor Oliveira do 15º Batalhão da Polícia Militar, “PMs são acusados de morte na Baixada”, jornal *Extra*, 03/03/04.

⁴⁴ Os policiais militares que estavam de serviço eram do 21º Batalhão da Polícia Militar.

⁴⁵ Informação fornecida por Siley Muniz Paulino, mãe de Bruno Muniz Paulino, e Elizabeth Medina Paulino, mãe de Rafael e Renan Medina Paulino, em entrevista à equipe do Centro de Justiça Global, em 23/06/04.

⁴⁶ “PMs são acusados de mortes na Baixada”, jornal *Extra*, 03/03/04.

⁴⁷ Habeas Corpus de n° 2004.059.01278; 2004.05901185; 2004.059.01342. Informação fornecida pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos à equipe do Centro de Justiça Global, no dia 08/07/04.

da Silva Victorino, Henrique Vitor de Oliveira Vieira, Fábio de Guimarães Vasconcelos, Paulo César Manoel da Conceição e Eduardo Neves dos Santos.⁴⁸

No dia nove de junho de 2005, o juiz Paulo César Vieira de Carvalho Filho decretou a prisão de quatro policiais militares envolvidos na chacina do Via Show: Eduardo Neves dos Santos, Paulo César Manoel da Conceição, Henrique Vítor de Oliveira Vieira e Fábio de Guimarães Vasconcelos, que na época do crime eram lotados no 15º BPM (Caxias) e no 21º BPM (Vilar dos Teles).

Os policiais vão enfrentar júri popular e, caso não venham a obter aprovação no recurso no Tribunal de Justiça, permaneceram presos até o julgamento. Segundo familiares⁴⁹ das vítimas, a promotora Márcia Colonese I. Guimarães já pediu a prisão dos outros cinco policiais envolvidos no caso. Por questões técnicas, o processo foi desmembrado em duas partes. Após a fase de depoimento das testemunhas de acusação, o juiz poderá pedir a prisão dos outros cinco policiais que ainda aguardam em liberdade.

Fato grave que acompanha a chacina do Via Show foi a destruição de provas no curso da instrução criminal. Segundo a Promotora Márcia Colonese Guimarães⁵⁰, “verificase na prova dos autos que os denunciados já procuraram, após os eventos criminosos, sumir com valiosos elementos de prova, sendo exemplos marcantes a queima e o desmanche do veículo da vítima Geraldo; a venda do veículo Chevrolet Kadett utilizado nos crimes pelo terceiro denunciado; e ainda o gravíssimo desaparecimento de arma de fogo de grosso calibre de uso da polícia militar empregada no evento criminoso (fuzil),...”.

O policial Ronald Freitas Feitosa do 15º BPM de Caxias, preso este ano acusado de envolvimento na morte de dois homens, está indiciado no Inquérito Policial Militar (IPM)⁵¹, que apura o desaparecimento do fuzil deste batalhão após o episódio do Via Show. Pouco depois do assassinato destes dois homens, a cabeça de uma das vítimas apareceu sobre o capô de uma patrulha dentro do Batalhão. Ronald Feitosa também recebeu punição da Comissão de Revisão Disciplinar (CDR) da Corporação, ano passado, em função das

⁴⁸ Divulgadas fotos de policiais suspeitos de mortes, *Jornal O Dia*, 14/09/2004, p.14.

⁴⁹ Informação dada por Siley Muniz Paulino e Elizabeth Medina Paulino, em entrevista à equipe do Justiça Global, em 09/08/05.

⁵⁰ Processo número 2003.021.021302-0 e Inq.Pol. n 77/03 – DHBF. 2º - Promotoria de Justiça junto à 4º- Vara Criminal e Tribunal do júri da Comarca de Duque de Caxias.

⁵¹ IPM número 169/2538-2004.

investigações referentes ao caso Via Show. Na madrugada do dia 30 de março de 2005⁵², véspera da chacina da Baixada, André Luiz de Almeida Sales e Anderson Ferreira Gomes foram seqüestrados e assassinados. André teve a cabeça arrancada e colocada sobre uma viatura do 15º BPM, enquanto o corpo esfaqueado foi encontrado na rua Jorge Vieira de Medeiros, atrás do Batalhão.

Até o fechamento desta publicação, os cinco policiais denunciados aguardavam o julgamento em liberdade.

⁵² PM de novo sob suspeita, *Jornal O Dia*, 30 de abril de 2005.

Caju, Rio de Janeiro

Vítimas: Wallace Damião Gonçalves de Miranda, Julio César Pereira de Jesus, Flávio Moraes de Andrade, Eduardo Moraes de Andrade e José Manoel da Silva, 06/01/2004.

Na noite do dia seis de janeiro de 2004, os jovens Wallace Damião Gonçalves de Miranda, 13 anos, Júlio César Pereira de Jesus, 16 anos, Flávio Moraes de Andrade, 19 anos, Eduardo Moraes de Andrade, 17 anos e José Manoel da Silva, 26 anos estavam reunidos jogando dominó, próximos a um mercado do Complexo do Parque da Alegria, na comunidade do Caju, Rio de Janeiro, quando dois policiais militares chegaram repentinamente atirando contra os rapazes, sem que eles pudessem reagir⁵³.

Segundo informações dos familiares⁵⁴, as testemunhas contam que os rapazes ainda tentaram se identificar, solicitando que fossem levados até suas casas para que pudessem mostrar seus documentos, mas não foram atendidos. Indícios provam que a execução foi realizada ali mesmo, onde os rapazes estavam reunidos.⁵⁵

Houve ainda uma sexta vítima que sobreviveu: William Borges dos Reis, que também foi atingido pelos disparos dos policiais, mas conseguiu fugir e ser socorrido por vizinhos⁵⁶.

Na manhã do dia sete de janeiro, três dos cinco corpos foram encontrados em um lamaçal que fica localizado na própria comunidade, atrás da garagem de uma empresa de ônibus. Trata-se de um local ermo, onde certamente ninguém poderia presenciar o momento em que os corpos foram deixados e, principalmente, por quem foram deixados. Os outros dois corpos foram levados ao Hospital Souza Aguiar e identificados pelos policiais como supostos traficantes que teriam morrido em troca de tiros com a polícia.⁵⁷

⁵³ De acordo com Elizabete Maria de Souza, irmã de Wallace, onze policiais militares se envolveram na ação daquela noite no morro do Caju. Informações fornecidas, pessoalmente, em entrevista concedida ao Centro de Justiça Global em 31/05/04.

⁵⁴ Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza, irmã de Wallace, pessoalmente, em entrevista concedida ao Centro de Justiça Global em 31/05/04.

⁵⁵ "... em frente ao mercado Ribeiro... muito sangue espalhado no chão e pedaços de cérebro e cabelo no local... paredes sujas de sangue..." Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza, em declaração prestada na 17ª Delegacia Policial, em 15/04/04. *Procedimento no. 017-00092/2004.*

⁵⁶ Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza, irmã de Wallace Miranda, em declaração prestada na 17ª Delegacia Policial, em 15/04/04. *Procedimento no. 017-00092/2004.*

⁵⁷ Vide nota 2

Os corpos das vítimas que foram deixados no lamaçal ficaram horas expostos no local antes que fossem recolhidos ao IML – Instituto Médico Legal. Durante esse período, os familiares esperaram ao lado dos corpos dos seus filhos e presenciaram a chegada de policiais que pareciam estar ali para vigiá-los. Sem respeito à dor das famílias um dos policiais disse: “*Menos um porco para a gente prender*”⁵⁸.

A ocorrência foi registrada e, segundo familiares, os policiais militares envolvidos na execução continuam trabalhando na comunidade, tendo sido apenas alocados em batalhões diferentes.⁵⁹

Após o crime, alguns policiais militares do 4º Batalhão da Polícia Militar visitaram a associação de moradores do bairro, onde Elisabete⁶⁰ trabalhava. Antes das execuções, policiais nunca haviam visitado a associação, o que leva a crer que essa foi mais uma forma de amedrontar Elisabete para que ela desistisse de denunciar os policiais. Atualmente, ela não trabalha mais na associação, preferindo proteger seus colegas de trabalho, que justificadamente também se sentiam ameaçados pela situação.

O sobrevivente William prestou depoimento logo após o ocorrido. Inicialmente ele alegou ter sido atingido por uma “bala perdida” , mas depois, a pedido das famílias das vítimas fatais, voltou à 17ª Delegacia Policial e contou o que realmente lhe havia acontecido, ou seja, que havia sobrevivido a uma execução realizada por policiais militares. Logo após seu segundo depoimento, Willam e toda sua família se mudaram da comunidade. Eles disseram que temiam a presença dos policiais. Na última vez que Willian foi visto, em fevereiro de 2004, foi possível notar que ele ainda mancava em função do tiro que havia levado na noite da execução⁶¹.

Elisabete, irmã da vítima Wallace, conta que três meses depois, durante uma passeata organizada pelas mães das vítimas, policiais do 4º Batalhão da Polícia Militar, onde trabalham os envolvidos na execução dos garotos, tentaram atrapalhar a manifestação.

³³ Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza, pessoalmente, em entrevista concedida à equipe do Centro de Justiça Global em 31/05/04.

⁵⁹ Idem

⁶⁰ Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza, pessoalmente, em entrevista concedida à equipe do Centro de Justiça Global no dia 31/05/04.

⁶¹ William foi atingido em uma das pernas. Informações fornecidas pela senhora Aldeci Andrade, mãe de Eduardo e Flávio Moraes de Andrade, ao Centro de Justiça Global, em encontro na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, em 08/07/2004.

Eles ameaçaram os vizinhos para que estes não aderissem à passeata e arrancaram os cartazes afixados nos postes pelos manifestantes.⁶²

O inquérito policial foi iniciado na 17ª Delegacia Policial⁶³, mas foi transferido para a delegacia de homicídios⁶⁴, onde, até o fechamento do presente relato, se encontra em processo de investigação. Tramita ainda, na Corregedoria Geral Unificada das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, inquérito administrativo que se encontra em fase investigatória.⁶⁵ Os familiares dos demais jovens executados continuam a morar na comunidade do Caju, convivendo com os policiais militares que executaram seus filhos, sem que o Estado tenha garantido qualquer proteção às suas vidas e integridades pessoais.⁶⁶ Das quatro mães do referido caso, três estão desempregadas e uma trabalha numa cooperativa sem carteira assinada.

Segundo as famílias⁶⁷, desde maio de 2005, elas não recebem mais qualquer informação referente ao caso. Afirmam que não possuem mais esperança e que na delegacia de homicídios pediram paciência, pois a orientação da governadora era prioridade absoluta para a chacina da Baixada. Afirmam também que até hoje o exame de balística não ficou pronto⁶⁸.

No dia dois de junho de 2005, o jovem Luis Manoel da Silva, irmão de José Manoel da Silva⁶⁹, foi morto por policiais do 4º Batalhão de Polícia dentro da favela do Caju. A Justiça Global foi avisada do acontecimento e imediatamente as advogadas Renata Lira e Nadine Borges foram ao local para prestar solidariedade e auxiliar as famílias no que fosse necessário. Ao chegarem ao local, enquanto aguardavam a chegada do Subsecretário de Direitos Humanos do Governo do Rio de Janeiro, Professor Paulo Baía e do Defensor

⁶² Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza, pessoalmente, em entrevista concedida à equipe do Centro de Justiça Global em 31/05/04.

⁶³ Inquérito Policial nº 0092/20004.

⁶⁴ Inquérito Policial nº 027/20004.

⁶⁵ Inquérito Militar Nº E-32/0674/0006/2004. Informações fornecidas pela Corregedoria Geral Unificada / Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do estado do Rio de Janeiro, protocolo nº E-32/3281/0006/04.

⁶⁶ Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza à equipe do Centro de Justiça Global em 31/05/04. (Conforme anteriores).

⁶⁷ Informações fornecidas por Elizabete Maria de Souza e Dulcinéia Pereira de Jesus à equipe do Justiça Global em 09/08/05.

⁶⁸ O Centro de Justiça Global tentou confirmar, por telefone, esta informação com o delegado Dr. Henrique e com o inspetor Juarez, não obtendo contato.

⁶⁹ Uma das vítimas da chacina do Caju.

Público Leonardo Rosa, membro do núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, colheram informações com os moradores da região.

As pessoas que estavam na praça, próxima ao local do fato, afirmaram que os policiais entraram na comunidade de São Sebastião e prenderam um menino, levando-o para a 17^o DP. Outros policiais ficaram sobre uma laje e aguardaram a saída da viatura para executar Luis Manoel. Os moradores disseram que o rapaz estava sentado em frente ao “mercado da Célia” e que a polícia chegou atirando. Os policiais estavam com o rosto pintado e após a execução colocaram o corpo dentro de um saco. A moradora Elisabete⁷⁰ ligou para o delegado Fábio da 17^o-DP que respondeu ter conhecimento da morte do jovem, afirmando porém tratar-se de um bandido morto em uma troca de tiros com a polícia.

Assim que o subsecretário chegou ao local, ouviu os mesmos informes dos moradores e imediatamente ligou para o delegado da 17^o DP. Além da preocupação com a execução de Luis Manoel, todos estavam aflitos com a possibilidade do outro jovem preso ser também executado. O delegado afirmou ao subsecretário que foram os policiais do 4^o Batalhão que mataram o jovem e que no confronto um policial havia sido ferido. A ocorrência havia sido de auto de resistência. Quanto ao menino detido, o delegado afirmou que ele já havia sido liberado.

Até o momento do fechamento desta publicação o caso continua na delegacia de homicídios e os policiais em liberdade, atuando na mesma área.

Em 20 de julho de 2004, o Centro de Justiça Global enviou um informe (ofício JG/RJ n^o 192/04) sobre o caso acima narrado para a Relatoria Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

⁷⁰ Elisabete Maria de Souza é do grupo mães do Caju, formado após a chacina do Caju.

Propostas contra a Impunidade

S.O.S. Queimados⁷¹

Ao tratar da complexa área da segurança pública inúmeras são as dúvidas técnicas e políticas que aparecem, muitas vezes deixando pouco claro quais são as vias que devem ser percorridas para viabilizar o combate contra a impunidade. Este último capítulo, organizado pelo S.O.S. Queimados, apresenta propostas concebidas nas discussões entre as instituições envolvidas, divididas de acordo com a instância política competente para sua implementação. Em comum, todas buscam soluções viáveis para a questão da violência na Baixada.

Estas propostas finais visam adicionar ao caráter de reflexão e análise de todo o livro uma forma de canalizar a indignação e a perplexidade diante de tantos casos como a Chacina da Baixada e propor medidas que levem a Baixada Fluminense a ser conhecida como um lugar de paz e não mais pelos alarmantes índices de violência, sobretudo dos óbitos, que muitas vezes são provocados pelos grupos de extermínio.

Escolhemos então 29 propostas contra a impunidade e a violência, não por acaso, mas para lembrar a todos as 29 vítimas fatais daquela barbárie que ocorreu na noite de 31 de março de 2005. Aqui, entretanto, lembrando da única vítima sobrevivente, lançamos a 30ª proposta: um pacto pela paz, que envolva todos os setores da sociedade neste esforço necessário.

⁷¹ Organizado por Ismael Lopes e Ozias Inocencio

A) Para o Ministério da Justiça

- 1) **Criação de um Conselho de Direitos Humanos da Baixada Fluminense com composição paritária que inclua as três esferas governamentais (prefeituras, estado e União) e representantes da sociedade civil;**
- 2) **Criação de uma força tarefa composta pela Polícia Federal e pela Polícia Civil para investigar e ‘desmontar’ os Grupos de Extermínio da Baixada Fluminense;**

B) Para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos

- 3) **Implementação do programa nacional de proteção aos defensores de Direitos Humanos;**

C) Para o Congresso Nacional (Câmara e Senado)

- 4) **Imediata aprovação da Lei que cria o Fundo Nacional de Amparo às Vítimas de Violência – FUNAV, cujo Projeto de Lei nº 3.503/04 se encontra para entrar em pauta na Câmara Federal;**
- 5) **Efetivação do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público;**
- 6) **Aprovação da Lei nº 9.299/96 que prevê ampliação da competência da justiça comum na elucidação e no julgamento dos crimes praticados por policiais militares;**

D) Para o Governo do estado do Rio de Janeiro

- 7) **Ampliação e investimentos para o programa de proteção às testemunhas e vítimas da violência;**
- 8) **Iniciativa de indenização por parte do Estado para as vítimas e familiares de vítimas de violência policial**, assim como ocorreu no caso da Baixada segundo a Lei nº 2749/05;
- 9) **A adoção por parte das autoridades da segurança pública do Estado de um plano semestral de redução de homicídios no estado e particularmente na Baixada Fluminense;**
- 10) **Cumprimento da Resolução Nº 73, de 19/11/98, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN**, que determina os níveis de transmissão luminosa e de transparência emitidos para as áreas envidraçadas dos veículos, impedindo a camuflagem nos veículos, que dá a falsa sensação de proteção ao cidadão comum, mas que acaba protegendo criminosos;
- 11) **Melhoria na remuneração dos policiais** e busca de alternativas como o pagamento de horas-extras para evitar os “bicos” dos policiais;
- 12) **Reformulação dos métodos de treinamento e dos cursos de formação;**
- 13) **Reestruturação e aprimoramento dos procedimentos de seleção dos policiais;**
- 14) **Reciclagem dos policiais da ativa** a começar pelos Batalhões da Baixada Fluminense;

- 15) **Implementação de programa de atendimento psicológico aos policiais e agentes de segurança envolvidos em ocorrências seguidas de morte**, bem como aos vitimados por estes e aos seus familiares;
- 16) **Criação de programas que retirem temporariamente das ruas policiais** que participem de eventos com resultado de morte;
- 17) **Premiação para Batalhões, delegacias, equipes e policiais que elucidarem situações complexas sem o emprego da força**, bem como diminuírem o número de mortes, particularmente na Baixada Fluminense;
- 18) **Fortalecimento e ampliação da Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense**;
- 19) **Elaboração de cartilha sobre direitos e deveres de policiais e cidadãos na abordagem policial**;
- 20) **Campanha pública na Baixada Fluminense sobre a prática policial correta e ampla divulgação dos canais de denúncia dos abusos praticados por policiais**;
- 21) **Garantia de acesso por parte das organizações de Direitos Humanos às perícias realizadas pelos Institutos de Medicina Legal**;
- 22) **Modernização da estrutura dos órgãos periciais e desvinculação da Secretaria de Segurança Pública**;
- 23) **Aparelhamento adequado, autonomia e independência para as corregedorias dos órgãos de segurança pública, assim como uma gratificação para os funcionários lotados nelas**;

- 24) **Plena autonomia e independência das ouvidorias de polícia**, além de poder de investigação de denúncias relativas à crimes cometidos por policiais;
- 25) **Afastamento imediato do agente de segurança pública** acusado de tortura, homicídio ou corrupção, durante a fase de investigação;

E) Para as Prefeituras Municipais do estado do Rio de Janeiro

- 26) **Criação da Secretaria Municipal ou Coordenadoria de Direitos Humanos** com uma ouvidoria independente do tipo disque-denúncia, em conformidade com recomendação dos Planos Nacional e Estadual de Direitos Humanos;
- 27) **Criação ou Reformulação de Guarda Municipal**, em sintonia com os Planos Nacional e Estadual de Direitos Humanos;
- 28) **Criação de Comissões Permanentes de Direitos Humanos** nas Câmaras de Vereadores;

F) Para a mídia

- 29) **Cobertura da violência na Baixada Fluminense condizente com a importância e gravidade do problema.**

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.